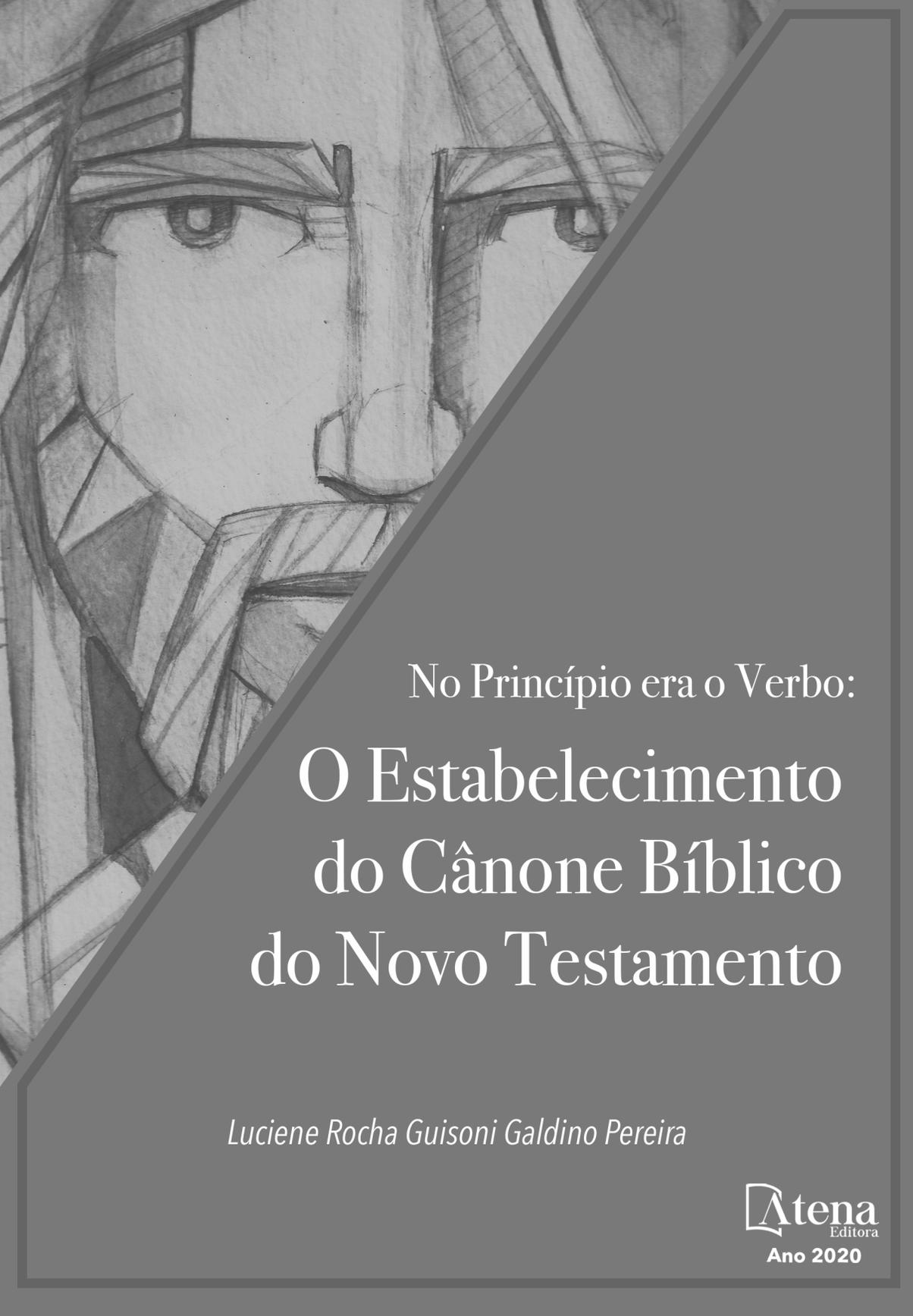




No Princípio era o Verbo:
O Estabelecimento
do Cânone Bíblico
do Novo Testamento

Luciene Rocha Guisoni Galdino Pereira

Atena
Editora
Ano 2020



No Princípio era o Verbo:
O Estabelecimento
do Cânone Bíblico
do Novo Testamento

Luciene Rocha Guisoni Galdino Pereira

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

No princípio era o verbo: o estabelecimento do cânone bíblico do novo testamento

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: A Autora
Autora: Luciene Rocha Guisoni Galdino Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436 Pereira, Luciene Rocha Guisoni Galdino

No princípio era o verbo: o estabelecimento do cânone bíblico do novo testamento / Luciene Rocha Guisoni Galdino Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-502-0

DOI 10.22533/at.ed.020202610

1. Fé e razão. 2. Conhecimento. 3. Dogmas. 4. Filosofia. 5. Mitos. 6. História. 7. Vestígios. I. Pereira, Luciene Rocha Guisoni Galdino. II. Título.

CDD 261.51

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

NO PRINCÍPIO ERA O PREFÁCIO

por Ademir Luiz

A história de Jesus de Nazaré já foi narrada das mais diversas maneiras. Dos evangelhos canônicos aos apócrifos, de romances literários até filmes, quadrinhos e desenhos animados. Da mesma forma, muitas pesquisas acadêmicas foram feitas. O livro *No princípio era o verbo: o estabelecimento do cânone bíblico do novo testamento*, da pesquisadora Luciene Rocha Guisoni Galdino Pereira insere-se nesta tradição. Tentar verificar quais limites entre realidade e ficção na história deste que é, provavelmente, o personagem mais famoso do mundo. Mas isso gera uma pergunta inevitável: Jesus existiu?

Sim, sem dúvida. Respondo isso sendo ateu, uma pessoa desprovida do mecanismo da fé. Mas isso não é uma questão de fé, nem de fatos comprovados, mas de lógica. Descobrimos mais sobre Jesus nos últimos 100 anos do que nos dois últimos milênios. As pesquisas sobre o Jesus histórico são, ao mesmo tempo, um grande campo de estudo e um gigantesco mercado. Há séculos se procura por evidências físicas da sua existência. Nunca foram encontradas. O famoso Sudário de Turim, por exemplo, é comprovadamente uma peça medieval. A polêmica é alimentada mais por interesses do que por fatos. Nem mesma a Igreja Católica reconhece sua autenticidade, embora não se esforce para tornar isso público, uma vez que a popularidade do Sudário é boa para os negócios. Às vezes surgem algumas relíquias que chamam atenção da mídia, como o Ossuário de Tiago, irmão de Jesus, mas esses raramente passam por testes mais criteriosos de autenticidade. O que não impede que exista todo um mercado negro de manuscritos, vasos, placas etc. Portanto, relativizando a possibilidade de encontrar objetos, resta a exegese bíblica. Há níveis de leitura dos textos bíblicos que podem se configurar como evidências fortes da existência de Jesus. O principal critério observado é o chamado “Critério do Constrangimento”. Por exemplo. Uma pergunta é feita: Jesus morreu crucificado? A crucificação era um modo de execução só usado contra bandidos reconhecidos ou rebeldes, sendo considerado muito degradante. Portanto, para um cristão do século I saber que seu messias foi morto crucificado era constrangedor. Mas esse fato não foi escondido, certamente por ser de conhecimento público. Então, se é constrangedor e ficou, provavelmente, é verdade.

Ainda assim, muitos elementos da narrativa base são bastante contestados. O nascimento em Belém, por exemplo. Não há consenso. Em se tratando de Jesus nada é consenso. Por muitos motivos. O mais importante deles é que há muitos especialistas não se despem de suas crenças quando realizam seus estudos. Esses querem crer que Jesus nasceu em Belém e fazem malabarismos retóricos para defender essa crença, mas, creio que entre os maiores especialistas, sim, acreditam que Jesus nasceu em Nazaré, mas teve seu nascimento mítico descolado para Belém para concordar com antigas profecias.

Mas Jesus, para muito além das profecias, foi um homem que existiu em um tempo e um espaço delimitados. Mas, se existiu, como foi sua vida? Não sei se posso dizer que até assumir seu ministério teve uma vida comum. Não sou cristão, mas não creio que alguém que chegou a um ponto da vida se considerando “Filho Único de Deus” possa ser considerado normal, independentemente da crença ou descrença em sua divindade. Certamente cresceu cercado pelo misticismo judaico e, em determinado momento, resolveu

abraçá-lo. Alguns estudiosos defendem que passou pelo menos algum tempo entre os Essênios, a seita judaica responsável pelos Manuscritos do Mar Morto, mas não é muito provável. Certamente participou do movimento de João Batista, inclusive o episódio onde foi batizado por ele passa pelo critério do constrangimento, afinal, é o maior sendo batizado pelo menor. Em resumo diria que Jesus foi um judeu caracterizado pelo sentimento místico, certamente um homem muito inteligente e carismático, elementos fundamentais para ser um rabino. O mais provável é que tenha tido formação farisaica, em função de ser crescido na região da Galileia. Foi filho único? Certamente, não. A Bíblia cita nominalmente seus irmãos. Foi carpinteiro? Provavelmente, sim. Sabia ler e escrever? Provavelmente, sim.

Muitos “provavelmente”. A vida de Jesus não era uma preocupação para as primeiras comunidades cristãs. Os evangelhos não são biografias. Não podemos esquecer que o que chamamos de evangelho é, na verdade, um gênero literário muito comum na Antiguidade. O Evangelho servia para dar a boa nova do nascimento e dos atos heroicos ou miraculosos de seu protagonista. A vida mundana, cotidiana, não importava. As lacunas acerca da vida de Jesus geram todo tipo de especulações, das mais críveis, como a que defende que ele era viúvo, até as mais alucinadas, como a que ele foi estudar na Índia, e voltou para lá após a ressurreição.

Por exemplo, é comum apresentarem Jesus como sendo um tipo de líder classista. Um pobre entre pobres. Mas Jesus não foi pobre. Não para os padrões de sua época. Esse é um mito que prosperou ancorado em visões politizadas de sua trajetória. Aconteceu com Jesus mais ou menos o que aconteceu com o gladiador Espártaco, que foi transformado em símbolo da causa proletária pelos revolucionários socialistas. Para essas pessoas, Jesus parece mais simpático se for pobre. Na verdade, Jesus, se foi mesmo carpinteiro, era o que podemos chamar de profissional liberal. Um homem de classe média. Trabalhava em construção. Nazaré era próxima da cidade de Cafarnaum, que teve um grande crescimento urbano no século I. Jesus e José, seu pai, provavelmente trabalharam lá. E não podemos esquecer que tinha herança. Seu avô, Joaquim, era criador de ovelhas, não apenas um pastor, mas um criador. Jesus certamente sabia ler e escrever. Provavelmente, teve alguma educação formal. Aparece lendo e também escrevendo nos evangelhos, embora não se saiba o que escreveu. E não podemos nos esquecer que o marco de passagem da infância para vida adulta de todo menino judeu era uma leitura pública.

Não acredito que tenha adquirido muito destaque em vida. Certamente, tinha seguidores e simpatizantes, inclusive entre pessoas ricas e influentes de Jerusalém, mas nada suficiente para fazer com que fosse uma celebridade como João Batista. Tanto que não há relatos com autenticidade totalmente comprovada em documentos de época citando-o, fora os evangelhos que foram escritos por seus seguidores. As tão faladas citações a Jesus nos livros do historiador judeu Flávio Josefo são controversas, provavelmente inclusões posteriores nos textos originais.

Entre conjecturas sobre sua vida, fatalmente chegamos em sua morte. O fato é que o julgamento e martírio de Jesus é a história mais mal contada de todos os tempos. Quase nada é convincente, há muitos pontos cegos. Sem o martírio não existiria o cristianismo. Ao mesmo tempo, se dermos crédito à narrativa dos evangelhos, provavelmente, foi um suicídio. Se Jesus tivesse respondido às perguntas de Pilatos, um juiz simpático ao réu, é provável que fosse libertado, levando-se em conta os métodos de julgamento romano em

voga na época. Aliás, a tal história de que havia o costume de libertar um prisioneiro na páscoa é puro mito. Tampouco juizes romanos lavavam as mãos. De minha parte acredito que Jesus tenha provocado algum tumulto em Jerusalém e foi sumariamente condenado a morte, como exemplo, o que era comum na época. Fez bagunça, morreu, e pronto. O julgamento noturno, a participação de Herodes, o complô dos sumos sacerdotes, a traição de Judas, tudo isso foi incluso para dar mais peso simbólico à narrativa.

Como esse rabino condenado por uma força imperial se tornou “Deus” para seus seguidores? O conceito de Messias foi transfigurado pelo cristianismo. Para os judeus messias são àqueles que foram urgidos por Deus. Nesse sentido, personagens como Moisés, David e Salomão eram messias. A noção de Messias único, filho único de Deus, Filho de Deus que é Deus, é, basicamente, uma criação de São Paulo. Na prática, o que chamamos de cristianismo é, na verdade, paulismo. Havia muitos cristianismos nos primeiros séculos. Eram bastante diferentes entre si. O modelo vencedor foi o de Paulo, que colocava Jesus como Cristo, portanto como uma divindade por si só.

Apenas lendo as fontes com método é possível sair do lugar comum e acessar essas informações. É neste âmbito da pesquisa acadêmica que o livro *No princípio era o verbo: o estabelecimento do cânone bíblico do novo testamento*, de Luciene Rocha Guisoni Galdino Pereira se aventura. Uma aventura complexa e desafiadora, mas necessária. Da mesma forma que conseguimos compreender muito sobre o homem grego nos livros de Homero podemos compreender muito sobre os contemporâneos de Jesus lendo os evangelhos, mas essa leitura deve ser desapassionada. Os evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as cartas e mesmo a imensa coleção de livros apócrifos e heréticos devem ser lidos primeiramente como documentos históricos, não como fontes de mensagens sagradas. Com esse ponto de partida totalmente humano, talvez seja possível começar a acessar o que transformou carne em verbo para bilhões de pessoas ao redor do mundo e ao longo do tempo.

Ademir Luiz é presidente da União Brasileira de Escritores de Goiás, doutor em História e professor da UEG

“Aquele que é capaz de compreender não necessita de explicações e quaisquer que sejam estas, não se tornam suficientes para aqueles que não estejam aptos a compreender”.

H. P. Blavatsky

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1	6
1 A INFLUÊNCIA DE PAULO NA DIFUSÃO DO CRISTIANISMO	
CAPÍTULO 2	11
2 AS NARRATIVAS DA BOA NOVA - OS DIFERENTES EVANGELHOS	
2.1 O Evangelho de Marcos	11
2.2 Evangelho de Mateus.....	12
2.3 O Evangelho de Lucas	14
2.4 O Evangelho de João	16
CAPÍTULO 3	20
3. O CONCÍLIO DE NICÉIA	
3.1 O Papel de Constantino e da Política Romana.....	20
CAPÍTULO 4	27
4 EXCLUSÕES E SELEÇÕES NO CÂNONE CRISTÃO	
CAPÍTULO 5	33
5 NAS ENTRELINHAS DAS NARRATIVAS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	
5.1 Sobre o Cristianismo Primitivo	33
5.2 Sobre o Jesus Histórico.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
SOBRE A AUTORA	46

RESUMO

Estabelecendo parâmetros entre os autores pesquisados com o que a Bíblia nos deixou sobre Jesus, vamos percorrer os caminhos que nos levam a uma melhor compreensão da vida e atos de Jesus, fazendo uma análise da forma como foi projetado o Cristianismo Primitivo com as cartas de Paulo de Tarso e os Evangelhos Canônicos, incluindo as mudanças de paradigmas decretadas pelos imperadores romanos Constantino, Justiniano e Teodósio.

PALAVRAS-CHAVE: Razão. Fé. Conhecimento. Dogmas. Filosofia. Mitos. História. Vestígios.

ABSTRACT

Establishing parameters between the authors surveyed with what the Bible let us about Jesus, let's walk through the paths that led us to a better understanding of the life and deeds of Jesus, as well as an analysis of the way it was designed the Christianity Primitive with the letters of Paul of Tarsus and the canonical Gospels, including the change of paradigms imposed by Roman emperors Constantine, Justinian and Theodosius.

KEYWORDS: Reason. Faith. Knowledge. Dogma. Philosophy. Myth. History. Traces.

INTRODUÇÃO

A análise dos materiais canônicos contidos na Bíblia, em especial as cartas de Paulo, os Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, bem como a história do Imperador Romano Constantino, no século V d. C, fazem parte do corpo textual deste trabalho. Constantino foi uma figura histórica que expressou em seu leito de morte o desejo de se tornar cristão, como um bom articulador político soube seduzir a massa popular de judeus, gentios e pagãos convertidos ao cristianismo, daquele momento, para o “novo” Império Romano na Bizâncio conquistada, decretando no I Concílio de Nicéia (325 d. C), o monoteísmo e definindo as normas eclesiásticas como decisões de efeito civil e de leis imperiais. Mas foi com Justiniano (553 d.C.) no Concílio de Constantinopla que o cristianismo será decretado Religião oficial do Império Romano que ruía aos pés daqueles povos considerados povos não romanos.

As perguntas em torno do Jesus histórico, ainda, não querem se calar, e trazem à baila questões fundamentais para que a humanidade pós-contemporânea, que continua a se digladiar em guerras religiosas no solo “sagrado” da Palestina e Israel, possam, de fato, compreender o movimento filosófico e social proposto por este indivíduo estudado e reestudado por biblistas dos séculos XIX, XX e XXI.

Lembrando os filósofos do século V a.C da Grécia clássica, Sócrates e Platão, que fizeram filosofia utilizando-se das perguntas fundamentais: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Esta pesquisa tem como pressuposto em descobrir um pouco sobre o homem Jesus utilizando-se, também, de algumas das questões primordiais em torno da figura de Jesus de Nazaré, que são: Quem foi ele? Qual seu legado para uma parcela marginalizada da população judaica do século I d. C? Em que bases, filosóficas e místicas, foi constituído o Cristianismo Primevo? Qual o papel de Paulo de Tarso na construção desta nova religião? Como o Imperador Romano, Constantino, e o senado romano, ergueram o edifício institucional para esta religião? Quais as mudanças ocasionadas no Cristianismo dos primeiros tempos, após o advento da instituição Católica Apostólica Romana?

Todas estas questões fazem parte do escopo historiográfico desta pesquisa, que enfatiza o que vários trabalhos historiográficos, realizados por laboriosos historiadores, biblistas e papirologistas do Ocidente, realizaram. Meu intuito não é de entregar nas mãos de leitores interessados em debruçar sobre estas páginas, um material de pastiche. Repito que, como na filosofia grega, clássica, meu objetivo foi coletar dados para responder os questionamentos citados anteriormente, elencando o máximo de verossimilhanças possíveis. Para se obter um resultado que ofereça possibilidades de uma leitura semântica, percorri, com um olhar semiótico, algumas das melhores obras que tratam do Jesus e todo o universo que englobou sua vida social, política e religiosa.

Para ser realizada tal tarefa é preciso retirar o “Véu de Isis” que dificulta o entendimento das entrelinhas contidas nos signos dos Evangelhos Canônicos, pois ao percorrer os caminhos gráficos dos Evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João, através das obras consultadas, percebemos várias discrepâncias, discordâncias de tempo e espaço, em relação aos eventos narrados pelos evangelizadores do século I d.C. Destacamos que a concepção de historiografia cristã perpassa pela história como realização divina e não humana, e suas características são apocalípticas, providenciais

e divididas em etapas. Sob outro prisma, temos a historiografia medieval que, também, se apoiou na ideia de que a história humana sempre foi parte de um plano divino, do qual nenhum ser humano poderia escapar. Nota-se que os mitos gregos e romanos formam a base desta superestrutura religiosa articulada, que foi espalhada por todo o Ocidente desde o I Concílio de Nicéia (325 d.C).

A história nos conta sobre alguns membros da igreja cristã, instituída pelos imperadores romanos, que foram classificados como hereges, entre estes citamos Orígenes de Alexandria (240 d.C) que estudando sobre a vida de Jesus nos conta que ele pertenceu a uma família não muito pobre, de Nazaré. Seu pai, José, era carpinteiro. A carpintaria era um ofício respeitável e muito solicitado. Móveis, utensílios, moradias e prédios públicos eram construídos com o uso da madeira. Orígenes pregava a existência da unidade divina e humana em Jesus, porém, escreveu, debateu e defendeu a humanidade de Jesus, como também, seu papel revolucionário social e religioso.

Eusébio, bispo de Cesaréia (265-340 d.C) ao escrever seu livro “História Eclesiástica” - livro II, se utilizou das fontes contidas no livro “Antiguidades” de Flávio Josefo. Eusébio transmitiu uma imagem heroica dos primeiros tempos do cristianismo, quando da formação das primeiras igrejas por Tiago e Pedro, Paulo e Barnabé. Mas a informação correta que os historiadores e biblistas nos passam é que, através das cartas de Paulo, podemos saber que ocorriam muitas divisões e intrigas entre os membros destas primitivas formações cristãs que, ao longo do tempo, se tornaram igrejas de pedra.

Para finalizar esta introdução e adentrar no corpo historiográfico em questão, deixo exposto que a melhor tradição filosófica não se baseia em reflexões de escritório, mas sim em pressupostos teóricos legitimados pelo trabalho minucioso, organizado e planejado por autores confiáveis que me ajudaram a tematizar a história de Jesus, seus primeiros seguidores, e o desenrolar dos fatos políticos e religiosos que culminaram na criação de um sistema eclesástico apaixonado, não por Jesus, mas por outros interesses. As grandes discussões que pertenceram ao Renascimento Iluminista (Séc. XVI-XVII) em torno das perguntas; para que serve a História? Como escrever História? Escrever História tem sido sempre um desafio.

Após o advento da Escola dos Annales (1929) com os teóricos Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1888-1944) que sistematizaram a Arte de escrever História e fundamentaram a História como a ciência que estuda os acontecimentos do homem no tempo, podemos, como historiadores, nos enveredar pelas “estradas” da vida humana e analisar as “pegadas” do homem em qualquer período histórico seja: Antigo, Clássico, Medieval, Moderno e (ou) Contemporâneo.

Fazer historiografia ainda é um grande desafio para todos aqueles que analisam as fontes documentais, orais ou que estejam marcadas em qualquer objeto que contenha uma pista que nos possibilite descobrir formas de vida, estruturas sociais, econômicas, políticas, religiosas, arquitetônicas e artísticas de uma determinada época e civilização. A discussão sobre a legitimidade de a História ser uma ciência ou uma Arte Literária não desmerece e nem prejudica o trabalho de um pesquisador em história.

Ser historiador (a) é ser aquele (a) que retira o “véu” do passado, trazendo ao presente os entendimentos sobre o homem quanto às suas realizações, organizações

institucionais, ou não governamentais, das sociedades com seus mitos, tradições e cultura. Tendo em vista este desafio busquei encontrar, nos registros históricos que o passado deixou as “pegadas” do Jesus histórico.

A personalidade de Jesus de Nazaré sempre me fascinou, como também, a vida dos habitantes da Palestina do século I d.C. Encontrar o Jesus histórico seria “mergulhar” em um período histórico quase primitivo, e me reportar a um momento marcante da civilização Ocidental que ficou encoberto nos escombros da instituição Católica Romana. Através do progresso científico e tecnológico creio que poderemos alçar melhores voos em direção a mais descobertas sobre a vida de Jesus e o Cristianismo Primitivo. Desejo que os leitores deste acanhado trabalho, possam “mergulhar” nestas páginas e voltar ao século I a.C em uma viagem de descoberta.

1 A INFLUÊNCIA DE PAULO NA DIFUSÃO DO CRISTIANISMO

A respeito do surgimento e instalação da doutrina cristã como elemento vivo, concreto na Palestina do século I d.C., abordou-se algumas questões inerentes a este movimento, que ganhou força e notoriedade a partir das escritas contidas nos pergaminhos e nos livros futuros através dos autores Raymond E. Brown, Carsten Peter Thiede e Matthew Dancora, John P. Meier, Bart D. Ehrman e Ernest Renan. Percebe-se nos seguidores de Jesus de Nazaré no tocante as palavras e atos que foram pronunciados e, muitos, realizados por ele, uma grande influência da cultura, política e a própria religião judaica nos evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João, Atos dos Apóstolos que foram escritos pelo evangelista João, e as cartas de Paulo de Tarso.

As cartas de Paulo de Tarso têm um aspecto particular no fato de que elas representaram um meio eficaz para a legitimação da nova religião construída pelos judeus cristianizados. O judeu romanizado Saulo nascido em Tarso, na Cícília, no ano 10 da era cristã e pertencente a uma família judaica da tribo de Benjamin (um dos doze filhos de Israel, que por sua vez, foi filho de Isaque, um dos herdeiros de Abraão) era doutor da lei, versado na Torá e cumpridor fiel das leis mosaicas (Deuteronômio). Sua trajetória de conversão se passa primeiro no distrito da Judéia governada por Herodes Antipas, o tetrarca da Galileia, um dos filhos de Herodes “o grande” e que recebera aquele distrito para governar após a morte do pai (ano IV d.C). O imperador de Roma, naquele momento, era Tibério César que reinou entre 14 a 37 a.D (RENAN, 2006).

O momento da conversão de Saulo, segundo a narrativa bíblica, se constatou na estrada que levava a Damasco (Síria), quando em perseguição aos cristãos. Esta perseguição foi frustrada com um acontecimento inusitado. Saulo foi ajudado nesta cidade, em Damasco, por um profeta local chamado Ananias. De volta a Jerusalém, Saulo se converte ao Cristianismo (palavra derivada dos seguidores e simpatizantes do *Christōs*, o ungido). Sua conversão foi motivo de sua total transformação, antes um perseguidor implacável dos cristãos e um pregador ardente dos ensinamentos da Torá, passando a ser o “convertido de Damasco”¹ morando em tendas no deserto da Judéia e aprendendo com os artesãos a arte de fabricar objetos, em seus três anos de retiro, antes de aderir à igreja em Antioquia, Thiede e Dancora escreve que:

S. Paulo, ele próprio um judeu instruído de origem farisaica, capaz de citar autores gregos quando achasse necessário (Arato em At 17,28, Meandro em Cor 15,33, Epimênides em Tt 1,12, para dar apenas três exemplos), passou por uma experiência que mudou sua vida quando estava a caminho de Damasco- um dos eventos decisivos descritos em Atos. Naquela cegante “luz do céu”, ele encontrou Jesus e se converteu (THIEDE; DANCORA, 1996. p. 184).

1. O epíteto “Convertido de Damasco” se refere a Paulo de Tarso, um judeu de origem farisaica que passou por uma experiência que mudou sua vida quando estava a caminho de Damasco, um dos eventos decisivos descritos em Atos. THIEDE e DANCORA. Testemunha Ocular de Jesus. p.182. Imago, 1996.

Jesus foi considerado pelos sacerdotes judaicos um revolucionário da ordem estabelecida, um desertor das leis rabínicas do Velho Testamento, um camponês que causou uma desordem no Templo, que era o local sagrado dos judeus (EHRMAN, 2005). Após a crucificação de Jesus, na década de 20 ou início da década de 30 do século I a.D, seus seguidores Pedro e Tiago (seu irmão) continuaram a propagar os ensinamentos de seu mestre. Tiago foi considerado por outros biblistas e historiadores (Schwartz-1892, Winter-1954-55) como um dos irmãos de Jesus. No início do movimento messiânico de Jesus, Tiago e seus irmãos e irmãs não acreditavam nele, achavam-no uma personalidade conturbada, confusa. Mas após a crucificação, Tiago (irmão de Jesus) e Pedro se tornaram dois dos expoentes da nova aliança.

Na eminência de se tornar, também, um seguidor de Jesus, Saulo, agora Paulo (na cultura religiosa cristã era costume de que quando alguém se convertia seu nome mudava com o “batismo”, deixava-se o homem velho, e se tornava o homem novo), ele deixou de ser o doutor da lei farisaica e se tornou cristão, um judeu convertido. Paulo de Tarso se encontra com Pedro e Tiago na “Casa do Caminho” um lugar de pregação e assistência aos transeuntes e viajantes necessitados.

Este local estava localizado na estrada que levava a Jerusalém, no norte da Palestina. Paulo aprende muito sobre a história de Jesus com aqueles apóstolos, mas discorda deles quanto à maneira de se propagar o evangelho de Jesus. Para Paulo a maior “propaganda” sobre Jesus e a conversão de outros judeus, e os gentios, se daria de corpo a corpo, o discípulo deveria ir onde o povo estava, e levar a “Boa Nova” ao conhecimento de todos, “Por exemplo, o problema do divórcio entre os coríntios leva Paulo- fugindo de seus hábitos- a apelar para o ensinamento de Jesus que proibia o divórcio (1 Coríntios 7: 10-11)” (MEIER, 1992, p. 55).

A técnica que Paulo usou se mostrou eficiente até sua morte. Paulo adotou o novo nome no ano 35 do século I d.C, o conhecimento da vida, ações e palavras de Jesus deram ensejo a ele para realizar sua primeira viagem a Antioquia, quando então, Paulo rompe com o judaísmo e suas práticas. Enquanto que em Jerusalém Pedro e Tiago pregavam um cristianismo com raízes judaicas, inclusive a prática da circuncisão, que era um ritual do mundo judeu, Paulo inicia seu mandato na igreja de Antioquia com judeus cristianizados sem vínculo com os rituais judaicos. Mas segundo os pesquisadores do Novo Testamento e das cartas paulinas (Thiede-1996, Meier-1992, Ehrman-2005, Renan-2006, Brown-2011) o que importava ao novo discípulo era a confirmação de Jesus como profeta judeu, que morreu e ressuscitou conforme as escrituras contidas no Velho Testamento.

Para as florescentes comunidades cristãs do século I depois da morte de Jesus. a primeira coisa a notar é que muitos diferentes tipos de escrito eram importantes. Os primeiros indícios que temos vêm das cartas que os líderes cristãos escreveram. O apóstolo Paulo é nosso mais antigo e melhor exemplo. Ele fundou igrejas por todo Mediterrâneo oriental, principalmente em centros urbanos, evidentemente convencendo pagãos (isto é, adeptos de algumas religiões politeístas do império) de que o Deus judeu era o único que merecia ser adorado, e de que Jesus era seu filho, que morrera pelos pecados do mundo e que em breve voltaria para fazer o julgamento da Terra (1 Tessalonicenses 1,9-10) (EHRMAN, 2005).

O convertido de Damasco além de versado nas leis da Torá, também havia recebido influência helênica em sua cidade natal, Tarso, e sempre fora fiel aos preceitos rabínicos, mas após a conversão, sua tese em dar credibilidade a Jesus como o grande profeta judeu se tornou seu principal motivo para estabelecer igrejas por onde passasse, em suas viagens, e mantê-las “vivas” através de cartas. Paulo realizou viagens pela Síria, Cilícia, Chipre, Éfeso, Macedônia, Atenas e Corinto pregando o evangelho, mas sempre retomava o contato com Pedro e Tiago em Jerusalém. O nome Igreja, para Paulo, significava o conjunto das pessoas em torno de um objetivo comum e o local onde se reuniam os simpatizantes e recém-convertidos. Para tais igrejas criadas, e seus membros, Paulo endereçava epístolas (cartas), que formam o conjunto de 14 epístolas. Nas cartas continha as orientações aos responsáveis pelas igrejas junto aos fiéis.

A preocupação de Paulo residia na continuidade da pregação da boa nova aos gentios, centrada em Cristo, filho de Deus. As concepções judaicas em relação à gênese adâmica e a crença no Deus único estavam presentes nas afirmações de Paulo. Em Atos dos Apóstolos escritos por Lucas, constam as seguintes cartas: aos Romanos: primeira e segunda, aos Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses primeira e segunda, Tessalônica primeira e segunda, Timóteo, Tito, Filemon e Hebreus. Paulo evitou que o cristianismo se tornasse uma seita judaica legalista e restrita ao mundo judeu helenizado. A importância de suas cartas foi bastante evidente para as comunidades, conforme atesta Ehrman

Podemos fazer ideia de quão importantes eram essas cartas nos estágios iniciais do movimento cristão a partir do primeiro escrito cristão que possuímos a primeira carta de Paulo aos Tessalonicenses, geralmente datada de 49 E.C, cerca de vinte anos após a morte de Jesus e vinte anos antes dos relatos evangélicos sobre sua vida. Paulo conclui essa carta dizendo: “Saudai todos os irmãos e irmãs com o osculo santo. Eu vos conjuro insistentemente em nome do senhor; que esta carta seja lida por todos os irmãos e irmãs” (1 Tessalonicenses 5: 26-27). (ERHMAN, 2005, p. 32).

As perguntas são: Foi realmente o apóstolo tardio, Paulo, que escreveu as cartas? Qual foi a influência da cidade de Antioquia na formação de Paulo, devido ao fato de que esta cidade, naquele período, era palco de uma grande diversidade ideológica e uma conturbada vida social? Renan (2006) afirma que nem todos os cristãos do século I conseguiam ler, apesar de que os hebreus eram um povo do livro. Os livros passaram a ter grande importância para o cristianismo primitivo e para as outras religiões da época. As primeiras comunidades formadas pelo cristianismo devem sua origem na existência das cartas dos líderes cristãos. Nas cartas de Paulo a correlação entre os escritos da Bíblia Judaica e os fatos da morte de Jesus é evidente, havia uma tentativa de conversão dos povos pagãos (povos que viviam nos campos e adoravam os deuses pagãos do Império Romano). Thiede e Dancora (1996) observa que havia um indivíduo com o nome de Tércio que seria um provável secretário de Paulo, e que havia um grupo missionário organizado por Paulo e Barnabé “De forma menos obliqua, assistentes altamente qualificados são mencionados em outros pontos do Novo Testamento, e dois exemplos notáveis aparecem em 1 Pedro 5,12 e em Romanos 16,22.” (THIEDE; DANCORA, 1996, p. 187).

Ehrman (2005) afirma que muitos pesquisadores do Novo Testamento suspeitam

que as cartas de Paulo foram escritas por seus seguidores, usando pseudônimo e que havia, também, um secretário chamado Tércio para a composição das cartas. “Ambos os métodos eram comumente usados por aqueles que escreviam cartas na Antiguidade” (EHRMAN, 2005, p. 69).

As duas teses, dos dois últimos autores, trabalham com a mesma perspectiva na qual defendem que outros indivíduos é que escreveram as cartas de Paulo. Em relação a segunda questão, a historiografia responde que sob o domínio romano, a cidade de Antioquia foi um local onde se concentraram muitos seguidores do Cristo, dando assim o destaque para o pensamento de Paulo. A igreja que Paulo ajudou a formar neste local foi a primeira igreja a se desligar do judaísmo. A formação cristã de Paulo dá-se exatamente nesta cidade, diferentemente de Pedro e Tiago que estabeleceram a igreja em Jerusalém.

As viagens de Paulo tinham como objetivo estabelecer as igrejas cristãs e a conversão dos gentios. O sucesso da empresa era frequentemente garantido. Porém ao deixar o local e seguir viagem para outras regiões chegava aos seus ouvidos às notícias de que alguns adeptos e algumas igrejas estavam passando por situações difíceis, como forma de resolver tais questões Paulo escrevia uma carta para a comunidade em que abordava tais problemáticas. A vida de Jesus foi interpretada por Paulo a luz das escrituras judaicas. O Pentateuco, o Livro dos Profetas e os Salmos eram usados pelos cristãos como estudo e reflexão, estes livros como as cartas deveriam ser lidos em voz alta para todos ouvirem, tanto mulheres quanto homens.

A Bíblia não é um livro inspirado por Deus (EHRMAN, 2005), seus autores foram pessoas comuns, com suas problemáticas e aspirações, bem como o desejo de formar seu território, livre dos domínios religiosos e políticos de outros povos, diga-se, do domínio romano. Os quatro evangelhos fornecem muito pouco sobre a história da vida de Jesus, sendo que Paulo comentava sobre Jesus em suas pregações e, também, nas cartas às igrejas. Pertencendo a primeira geração de cristãos, ele seria a fonte mais volumosa de informações sobre Jesus. A probabilidade de Paulo ter usado Jesus em suas palavras é muito grande

Alguns críticos apontam uma outra possível fonte de informações em Paulo: em grandes trechos de suas parêneses (= exortações morais) que encontram equivalentes nos ensinamentos de Jesus. Os dados, no entanto, dão margem a muitas explicações. Teria Paulo conscientemente usado ensinamentos que tanto ele como seus convertidos sabiam provir de Jesus, sem se preocupar em referir-se à bem conhecida origem de sua exortação? Ou estaria ele usando material que de fato vinha de Jesus, sem saber sua origem? Ou teriam tanto Jesus como Paulo usado tradições semelhantes da ética e sabedoria judaicas em suas exortações? Ou será que Paulo e outros cristãos da primeira geração desenvolveram a parênese, que depois passou à tradição dos sinóticos e daí foi atribuída a Jesus? Por vezes, a estreita semelhança, tanto em forma como em conteúdo, e também a dessemelhança em relação ao ambiente religioso do século I tornam provável que Paulo tenha se baseado em Jesus. (MEIER, 1992, p. 56).

Segue a incerteza sobre o quanto Paulo sabia exatamente sobre o Jesus terreno. Mas como afirma Meier (1992), se Paulo fosse retirado do Novo Testamento muito pouco

saberíamos sobre Jesus. Pertencendo a primeira geração de cristãos, ele seria a fonte mais volumosa de informações sobre Jesus. A probabilidade de Paulo ter usado Jesus em suas palavras é muito grande; o que nos leva a concluir que os escritos que levam o nome de Paulo constituem um conjunto de dados, sobre Jesus, que podemos considerar como uma pequena fonte sobre o homem Jesus.

2 AS NARRATIVAS DA BOA NOVA - OS DIFERENTES EVANGELHOS

A palavra Evangelho significava, para os primeiros cristãos, “Boa Nova” que designa uma mensagem de salvação obtida pela morte e ressurreição de Jesus, mas o termo Evangelho passou a designar, também, o livro que continha a mesma mensagem de salvação. Compondo este livro temos quatro escrituras (além das cartas de Paulo que foram escritas primeiro) que são considerados as principais entre todos os evangelhos escritos, copiados e traduzidos desde o século I d.C. Mas as pesquisas históricas vêm trazer à baila as discussões referentes às diferenças entre um evangelista e outro. Para a maioria dos pesquisadores e aqui me refiro a Raymond Brown na obra “O Nascimento do Messias” (2005) tornou-se claro que o evangelista Marcos foi o primeiro Evangelho a ser escrito e que os evangelistas Mateus e Lucas se utilizaram desta fonte (além de outras) para escreverem os seus Evangelhos. De fato, ao lermos os Evangelhos podemos perceber que Mateus não é exatamente como Marcos, Lucas não é o mesmo que Mateus, João não se parece com nenhum dos três, e nenhum deles se parece com Paulo, somente Lucas se assemelha aos Atos dos Apóstolos (BROWN, 2005).

Cada um dos evangelistas adotou uma forma peculiar na elaboração da escrita sobre a vida de Jesus desde seu nascimento. Para uma melhor reflexão acerca das diferenças contidas em cada Evangelho, faremos uma análise separada de cada um. Iniciaremos com o Evangelho de Marcos.

2.1 O EVANGELHO DE MARCOS

Este Evangelho é o mais antigo das quatro fontes de pesquisa histórica acerca da vida de Jesus, conforme atesta Meier (1992), e um dos chamados Evangelhos canônicos que foi escrito por volta do ano 70 a.D. Os judeus convertidos sentiam necessidade em saber sobre a vida do seu Messias (Jesus), vários Evangelhos foram escritos com este propósito, mas os Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João passaram a ser mais usados e pesquisados. O de Marcos, contendo 16 capítulos, possui simplicidade em sua forma, iniciando com a pregação de João Batista e o batismo de Jesus na Galileia, seguido pelo início do ministério de Jesus com a escolha dos doze apóstolos e suas pregações na sinagoga de Jerusalém, no mar da Galileia e em Cafarnaum.

Os críticos da forma da década de 1920 com razão assinalaram que a base do Evangelho mais antigo, o de Marcos, é a compilação de tradições orais ou escritas, reunidas por formas e temas comuns e palavras-chave. Tais compilações ainda são visíveis em Marcos. (MEIER, 1992, p. 50).

Marcos relata os feitos taumatúrgicos de Jesus como; a cura dos leprosos e paralíticos e a expulsão dos demônios em algumas pessoas. Este Evangelho relata, também, a discussão de Jesus com os escribas e fariseus. O episódio da morte de João

Batista por Herodes Agripa, também foi escrito por Marcos. A passagem de Jesus por Tiro, Sidon e Cesaréia de Felipe foi relatada. O encerramento deste Evangelho é composto pelos seguintes episódios; a entrada de Jesus em Jerusalém na páscoa e o desenrolar do drama da paixão. Marcos tem um estilo realista; quando narra um acontecimento, fixa-se nos sentimentos das pessoas e em detalhes minúsculos, até ingênuos, que depois seriam omitidos pelos outros evangelistas (RENAN, 2006). Nesta grafia podemos perceber que o autor, seja Marcos, ou não, estabeleceu na sua composição uma narrativa diferente do Evangelho de Mateus, Lucas e João.

Esta narrativa se inicia com a atuação de João Batista pregando e batizando no deserto, Marcos 1:4. O evangelista evidencia a figura de João Batista entre os judeus de Jerusalém, como um profeta curador das chagas morais e humanas. Para Marcos, João Batista foi aquele que preparou o caminho para Jesus, o Messias. Este evangelista narra, em seguida, o batismo de Jesus realizado por João Batista, sendo este o episódio lendário que marca o início da vida missionária de Jesus. Após a narrativa segue com a tentação de Jesus no deserto. Há no Evangelho de Marcos vários escritos sobre os “milagres” realizados por Jesus e a escolha dos Doze membros do colégio apostólico: “Como primeira ação no ministério, Jesus escolhe Simão, André, Tiago e João para fazê-los pescadores de homens” (Mc 1,16-20) (BROWN, 2011, p. 88).

A discussão a respeito do sábado, com os fariseus, descreve a explicação de Jesus sobre a vida e morte do profeta Elias. Brown (2011) destaca a crítica de alguns autores quanto a criação de uma narrativa ficcional e mitológica sobre Jesus em detrimento do Jesus original, que nada, ou pouco sabemos, entre estes críticos citamos W. H. Kelber¹. O historiador judeu Eusébio de Cesareia², em seu compêndio, relata que Marcos foi companheiro de Pedro e que estando eles entre os romanos pregando a boa nova, os ouvintes não se satisfaziam com as oralidades sobre a nova doutrina, pedindo que lhes deixassem, por escrito, aquelas palavras. Quando o poder de Simão (Pedro) se extinguiu, juntamente com ele, Marcos é coagido a escrever seu Evangelho. Há interrogativas quanto a originalidade do Evangelho de Marcos.

Devido à tendência do século I a considerar Pedro o porta-voz dos Doze, esse pode ser um modo por demais simplificado de reconhecer Marcos como aquele que se distinguiu por extrair a essência da maneira como Jesus foi proclamado na pregação apostólica ou, pelo menos, tradicional. (BROWN, 2011, p. 87).

Podemos concluir que o Evangelho de Marcos sobre as ações, palavras e a paixão de Jesus, é uma narrativa resumida e fincada nas tradições judaicas mais primitivas.

2.2 EVANGELHO DE MATEUS

Este Evangelho foi escrito no ano 80 d.C., depois da destruição do templo de Jerusalém no ano 70 d.C, contendo 28 capítulos onde Mateus descreve sobre a genealogia

1. KELBER, W. H. From Passion narrative to Gospel. Park, p.153-180.

2. A História Eclesiástica. SP: Paulus, 2000. Livro 11(p. 71 a 112) Livro do historiador judeu Eusébio de Cesária, começa propriamente aqui. Eusébio utiliza abundantemente as informações do historiador judeu Flávio Josefo. Animado pelo triunfo do cristianismo, Eusébio embelezou o passado, transmitiu uma imagem idílica dos primeiros tempos cristãos.

davídica de Jesus, de Abraão até José, em seguida narra o nascimento de Jesus através da “virgem” de Nazaré, a fuga de José e Maria com seu filho para o Egito escapando do extermínio de crianças decretado por Herodes o “Grande” e depois o retorno desta pequena família a Israel, após a morte de Herodes.

O traço dominante do Evangelho de Mateus é seu caráter didático, sistemático. Mais do que narrar, ele pretende instruir. Atribui o máximo peso às palavras de Jesus, que ele agrupa em cinco discursos ou sermões, acompanhados de igual número de narrativas. A obra toda, porém, é composta como um grande drama em sete atos sobre a vinda do “Reino dos Céus”, isto é, de Deus. (RENAN, 2006, p. 447)

Mateus se utilizou de Marcos para compor seu evangelho. Brown (2005) relata que este Evangelho foi escrito na Síria, melhorando o grego de Marcos, sendo o autor um judeu-cristão de língua grega. “Mas a apologética não domina o evangelho de Mateus, que é, primordialmente, instrução, exortação a uma comunidade de judeus e, também, de gentios, para esclarecê-la e confirmá-la na fé” (BROWN, 2005, p. 57).

Mateus enfatiza a pertença de Jesus na casa de Davi. O nascimento de Jesus está envolto em mitologias dentro da perspectiva de estabelecer para Jesus um nascimento miraculoso, fantástico como as narrativas que envolviam os nascimentos de reis e imperadores gregos, romanos, persas e, também, profetas do período arcaico. Mateus escreve que Jesus nasceu em Jerusalém na Judéia, o que está em discordância com os outros sinópticos que sustentam a vinda de Jesus a terra via Nazaré, na Galileia; “Jesus nasceu em Nazaré; pequena cidade da Galileia, que antes desse importante acontecimento não teve nenhuma celebridade” (RENAN, 2006, p. 99).

Podemos encontrar estas descrições geográficas e históricas no livro do historiador romano Suetônio em *“A vida dos Doze Césares”*. Por que o episódio do nascimento de Jesus está entrelaçado com os personagens históricos: Otávio César Augusto e Herodes Antipas.

O acontecimento mais importante da história do mundo foi a revolução que permitiu às camadas mais privilegiadas da humanidade passarem de antigas religiões, reunidas sob o vago nome de “paganismo” para uma religião fundamentada na unidade divina, na trindade e na encarnação do filho de Deus. Essa conversão, a fim de que pudesse ser concretizada, levou quase mil anos. Para a formação dessa nova religião foram precisos pelo menos trezentos anos. A citada revolução teve origem sob os impérios de Augusto e de Tibério. Foi nessa época que viveu uma pessoa incomum que, por sua iniciativa ousada e pelo amor que soube inspirar, criou as bases e marcou o início da futura fé da humanidade. (RENAN, 2006, p. 87).

Mateus coloca Jesus como o salvador dos judeus em relação ao domínio romano. Mateus deposita em Jesus a esperança do povo judaico-cristão, tendo Jesus como um Messias nacional, esperanças estas confirmadas nos salmos e nos Profetas da Torá, o livro da Lei dos judeus.

A Lei, que representava não as antigas leis do país, mas as utopias, as leis artificiais e as fraudes piedosas do tempo dos reis petistas, tinha se tornado

a partir do momento em que a nação não mais se autogovernava, um tema inesgotável de interpretações sutis. Quanto aos Profetas e aos Salmos, acreditava-se que quase todos os traços um pouco misteriosos desses livros se reportavam ao Messias, e buscava-se, de antemão, o tipo daquele que devia realizar as esperanças da nação. (RENAN, 2006, p. 111).

Quanto ao governo exercido por Herodes, Renan (2006) destaca que “O grande Herodes morreu por volta do ano em que Jesus nasceu” (RENAN, 2006, p. 125). Então, percebemos a história dos Imperadores e Governadores romanos fazendo parte da história dos Palisteus (nome dado, pelos Romanos, ao povo de Israel).

2.3 O EVANGELHO DE LUCAS

Tanto Mateus como Lucas, iniciam seus relatos com a concepção e o nascimento de Jesus. Continuam com a descrição da vida pública e encerram com a paixão e a ressurreição de Jesus. “Nesta obra, vou ressaltar que Mateus e Lucas não demonstram nenhum conhecimento da preexistência; aparentemente, para eles a concepção foi a formação (procriação) do Filho de Deus” (BROWN, 2005, p. 65).

O Evangelho de Lucas foi escrito nas décadas de 70,80 d.C. Como os outros evangelistas, Lucas não foi testemunha ocular da vida de Jesus. Lucas compôs seus escritos com base nas narrativas de Marcos. Lucas escreveu, também, o livro “Atos dos Apóstolos” em Roma nos anos 60 d.C dando ênfase aos atos de Pedro em Jerusalém, Judéia e Samaria. A segunda parte deste livro é quase que exclusivamente dedicada às ações de Paulo junto aos recém-convertidos. No Evangelho de Lucas 1:1-4, há a indicação de que o autor deste Evangelho não foi testemunha ocular de Jesus, e que escreveu seu Evangelho com base em outros escritos e nas oralidades sobre a vida de Jesus.

O próprio novo Testamento indica que os escritos dos Evangelhos tinham “fontes” para a redação de seus relatos. Em Lucas 1: 1-4, por exemplo, o autor afirma que “muitos” predecessores escreveram um relato das coisas que Jesus disse e fez e que, depois de tê-los lido e consultado “testemunhas oculares e ministros da palavra”, ele decidiu produzir seu próprio relato, que é, em comparação com os outros, “preciso”. Em outros termos, Lucas teve acesso a fontes orais e escritas para fazer o relato dos acontecimentos que ele narra -- ele próprio não acompanhou a vida de Jesus provavelmente se possa dizer o mesmo de outros escritores de Evangelhos. (EHRMAN, 2005, p. 70).

Sobre Paulo, o evangelista escreve até o momento em que ele é levado a Roma, considerada naquele período, o “fim do mundo”. A chegada de Paulo a Roma encerra a narrativa Lucana em “Atos dos Apóstolos”. Brown (2005) atesta as confirmações e estabelece a premissa de que o autor do Evangelho de Lucas inseriu em suas narrativas materiais de diversas procedências. O Jesus representado por Lucas, afirma Ehrman (2005), possui diferenças entre os outros evangelhos do Novo Testamento. Para Lucas Jesus é impassível. No momento da paixão, o autor deste evangelho coloca Jesus resignado com seu fim e agonizante até o momento final. Apesar de Lucas ter usado Marcos como fonte, ele não deixou de remodelar o episódio da paixão criando sua própria narrativa, porque o Jesus de Marcos foi espancado, açoitado e abandonado por seus discípulos. Jesus, em

Marcos, se mostra angustiado.

É possível, portanto, examinar Mateus e Lucas para ver como eles mudaram Marcos em todas as passagens onde contam o mesmo relato, de um modo (mais ou menos) diferente. Ao fazer isso, descobrimos que tanto Mateus como Lucas pegaram este relato de Marcos, sua fonte comum. É surpreendente ver que tanto Mateus como Lucas seguem Marcos quase palavra por palavra na súplica do leproso e na resposta de Jesus nos versículos 40-41. Então, qual é a palavra que eles usam para descrever a reação de Jesus? Ele se deixou tomar pela compaixão ou pela raiva? Muito estranhamente, tanto Mateus como Lucas omitem a palavra. (EHRMAN, 2005, p. 145)

No capítulo 1:1, 2 e 3 o evangelista declara a não participação na paixão de Jesus, narrando em seguida o episódio (da concepção) com a mulher de Zacarias, Isabel. Este episódio está em Lucas 1: 5 a 25. Somente depois escreve sobre a concepção de Jesus por Maria de Nazaré. A narrativa segue com o nascimento de João Batista (Mãe- Izabel) e de Jesus (Mãe- Maria de Nazaré). Há uma descrição dos governos de Roma e da Judéia que seguem a seguinte ordem: “E no ano quinze do Império de Tibério César, sendo Pôncio Pilatos presidente da Judéia, e Herodes tetrarca da Galileia, e seu irmão Filipe tetrarca da Ituréia e da província de Traconites, e Lisânias tetrarca de Abilene” (Lc 3:1), o que difere dos registros históricos que são notabilizados por Renan (2006), na seguinte sequência:

Antípatro, ou Antipas, tetrarca da Galiléia e da Peréia, de quem Jesus foi súdito a vida toda, era um príncipe preguiçoso e sem valor, favorito e adador de Tibério, frequentemente mal influenciado por sua segunda mulher, Herodíades. Felipe, tetrarca da Gaulonítida e da Batanéia, terras através das quais Jesus viajou muito, era muito melhor soberano. Quanto a Arquelau, etnarca de Jerusalém, Jesus não pode conhecê-lo. (RENAN, 2006, p. 125)

Interessante notar que Lucas coloca a genealogia de Jesus em Lucas 3: 23 a 38, Mateus inicia a genealogia com Abraão, terminando com Jesus, filho de José, esposo de Maria. Lucas inicia com Jesus filho de José até Adão filho de Deus. Após a descrição da genealogia de Jesus, Lucas prossegue passando bruscamente para uma quarentena de Jesus no deserto, Lucas 4:1,2, 3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14. Quando Jesus retorna desta quarentena ele obteve fama na galileia. Mas como? Através de quem?

Quanto à dependência de Marcos, mais da metade dos versículos desse Evangelho (350 de 661) está consideravelmente representada em Lucas. Às vezes, Lucas inverte a ordem dos versículos isolados tirados de Marcos, principalmente a fim de melhorar a lógica da narrativa, mas ele não divide o material marcado em pequenas unidades para serem espalhadas por todo o seu Evangelho. (BROWN, 2011, p. 105).

Lucas segue com a narração dos atos e “milagres” de Jesus, a discussão sobre o dia do sábado com os fariseus, as viagens (a pé) nas cidades circunvizinhas da Galileia. “Lucas tem o entendimento mais fraco das realidades da Palestina sob o domínio romano” (BROWN, 2011, p. 118).

A escolha dos Doze é descrita de forma ocasional, como em Marcos 6:7. Percebemos, então, que não há um segmento linear na composição marca em relação aos

acontecimentos da vida e paixão de Jesus.

2.4 O EVANGELHO DE JOÃO

Diferentemente de Mateus e Lucas, João não escreveu nada sobre a infância de Jesus. Mas Renan (2006) considerou este Evangelho o mais teológico. Os relatos de João começam com as descrições da missão, origem e natureza de Jesus, quando ele se encontra pela primeira vez com João Batista, e termina com a narrativa da morte de Jesus. Os “milagres” de Jesus, descritos por João, são considerados sinais que preparavam a vinda do “Reino de Deus”. Outra diferença no Evangelho de João, é que este não demonstra nenhum interesse em colocar Jesus como descendente de Davi, e a sua cidade natal não tem importância.

João, o inflexível Quarto Evangelista, envolvido numa luta com os discípulos contemporâneos de Batista, que se recusavam a reconhecer Jesus como o Messias, adota o expediente radical de suprimir inteiramente o evento do batismo de Jesus, que simplesmente não existe no seu evangelho. Tomamos conhecimento do testemunho do Pai e da descida do Espírito sobre Jesus, porém não nos é dado saber quando ocorre esta teofania (João 1:29-34). É bem possível que a Igreja de então, vendo-se “atrapalhada” com um acontecimento da vida de Jesus considerado cada vez mais embaraçoso, tivesse procurado atenuá-lo de várias formas, até que João Evangelista finalmente o suprimiu do seu Evangelho. (MEIER, 1992, p. 171).

O Evangelho de João possui muitas diferenças em relação ao de Marcos, Mateus e Lucas. Meier nos diz que:

A apresentação que João faz do ministério de Jesus contém muitas e grandes diferenças para ser derivada dos Sinópticos e, mesmo onde existe equivalência, a estranha mistura e o padrão irregular de concordâncias e discordâncias podem ser mais bem explicados pela existência de uma corrente de tradição semelhante à dos Sinópticos, porém independente destes (MEIER, 1992, p. 53)

As diferenças do Evangelho em João são enumeradas por Ehrman (2005) da seguinte forma: Narrativas diferentes com escrita diversa, discursos longos atribuídos a Jesus, ausência de Parábolas, acontecimentos únicos em torno da pessoa de Jesus, como, por exemplo, o diálogo de Jesus com Nicodemos (capítulo 3), diálogo com a samaritana (capítulo 4), o milagre em transformar a água em vinho (capítulo 2) e de ressuscitar Lázaro (capítulo 10). Em João, Jesus realiza prodígios. Sua narrativa possui relatos dos acontecimentos feitos a posteriori. Não há coerência na forma textual. “Não há dúvida de que João recorreu a fontes para seus relatos-provavelmente uma fonte que narrava os sinais de Jesus, por exemplo, e fontes que descrevem seus discursos” (EHRMAN, 2005, p. 71).

O Evangelho de João é motivo de grandes discussões entre os biblistas. Brown (2011) mostra que há um consenso entre vários pesquisadores em afirmar que o quarto evangelista tinha uma opinião diferente dos outros sinópticos e foi escrito sem a utilização

dos outros Evangelhos.

Cada evangelista escreve uma NP adaptada a seu plano evangélico, e a conformidade com a respectiva teologia não nos informa a respeito da origem do material peculiar a um ou a outro. Por exemplo, se lembrarmos as Preliminares da Paixão, a localização joanina da purificação do templo no início do ministério público adapta-se a um padrão teológico joanino de ter uma controvérsia fundamental com o Judaísmo e sua autoridade no Evangelho todo. (BROWN, 2011, p. 126).

Em João 1: 6 inicia-se a narrativa joanina com João Batista adulto. A passagem de João 1: 23 é, também, descrita por todos os evangelistas. É citada as Bodas de Caná da Galileia quando Jesus transforma a água em vinho, esta passagem não está presente nos outros Evangelhos. Analisando a pequena citação sobre o batismo de Jesus realizado por João Batista contido em João 3:23 temos a seguinte frase: “Ora, João batizava também em Enom, junto a Salim, porque havia ali muitas águas; e vinham ali, e eram batizados.” Para Renan (2006) a localização de João está incorreta:

João, III, 23. A situação dessa localidade é duvidosa. Os sinópticos são constantes em localizar a cena do batismo de João às margens do Jordão (Mat., III, 6; Marc., I,5; Luc., III,3). Mas a circunstância levantada pelo quarto evangelista, “que ali havia muita água”, não tem sentido quando se supõe que o lugar do qual ele fala seja vizinho desse rio. O confronto dos versículos 22 e 23 do capítulo III de João e os versículos 3 e 4 do capítulo IV do mesmo evangelho leva a crer, aliás, que Salim ficava na Judéia. (RENAN, 2006, p. 155-156).

Outro ponto desfavorável a João está em João 4: 1,2 que diz ser Jesus que batizava mais que João, depois vem entre parênteses a correção dizendo que Jesus não batizava e sim os seus discípulos. Renan (2006) atesta que o versículo dois entre parênteses é: “João, III, 22-26; IV 1-2. O parêntese do versículo 2 parece uma glosa acrescida, ou talvez um escrúpulo tardio do redator se autocorrigindo” (RENAN, 2006, p. 160). Para encerrar esta pequena análise, verificamos que em João 8: 12 Jesus fala de si mesmo, mas, contudo, esta passagem parece não fazer parte do que poderíamos chamar de original.

Sobre as narrativas contidas nos quatro Evangelhos verifica-se que houve problemas encontrados na verificação dos fatos históricos, concomitantemente ao compêndio escriturístico do Novo Testamento. Há um consenso entre os biblistas analisados de que as narrativas originais se perderam, e que não há possibilidades de serem encontrados.

Diante desses problemas, como poderemos retornar a algo como o texto original que um autor tenha realmente escrito? É um problema enorme, tão grande que muitos críticos textuais começaram a defender que devemos suspender todas as discussões sobre o texto “original”, porque ele nos é inacessível. (EHRMAN, 2005, p. 68)

O que temos, hoje, nos textos evangélicos são cópias realizadas por membros das primeiras igrejas cristãs, aja visto que na Palestina do século I poucos indivíduos conseguiam ler e escrever. Já no século III d.C. Orígenes registrou queixas acerca das mudanças na composição dos Evangelhos, assim escreveu ele: “As diferenças entre os

manuscritos se tornaram gritantes, ou pela negligência de algum copista ou pela audácia perversa de outros; ou eles descuidam de verificar o que escreveram ou, no processo de verificação acrescentam ou apagam trechos, como mais lhes agrade?” (EHRMAN, 2005 p. 62).

Já no século IV e V surgiram copistas profissionais dentro da igreja e que pertenciam ao grupo de monges letrados, e que viviam em monastérios. Mesmo assim, havia aqueles que eram menos experimentados que outros.

Até mesmo copistas competentes, treinados e alertas, de vez em quando podiam cometer erros. Não obstante, em certas ocasiões, como vimos, eles mudavam o texto porque achavam que ele tinha que ser mudado. E isso, note-se, não apenas por razões teológicas havia outras razões pelas quais os copistas introduziam uma mudança proposital - por exemplo, quando chegavam a uma passagem que parecia incorporar um erro que precisava ser corrigido, provavelmente uma contradição encontrada no texto, ou uma referência geográfica errada, ou uma menção escriturística deslocada. Desse modo, quando os copistas faziam mudanças intencionais, por vezes, os seus motivos eram tão cristalinos como a água de fonte pura. (EHRMAN, 2005, p. 66).

Diante do fato das mudanças ora propositais, ora acidentais nos textos evangélicos vamos comentar aquele ocorrido com a carta de Paulo aos Gálatas. Existem vários agravantes para suspeitar que a escrita desta carta contivesse erros. Primeiro agravante seria que a Galácia não era uma vila com uma igreja apenas, e sim uma região da Ásia Menor com várias igrejas estabelecidas por Paulo, portanto esta carta seria para uma igreja ou todas? Pois que não há como saber ao lermos a carta. Segundo, se a carta deveria ser entregue a todas as igrejas várias cópias do original foram feitas, ou apenas a carta original foi repassada de uma igreja para outra? As cartas de Paulo foram ditadas palavra por palavra, ou foram ditadas as ideais principais e o copista se encarregou de preencher o restante? Se o copista abarcasse em sua mente a totalidade das palavras ditadas por Paulo o que teria ocorrido com todas as cópias da carta? Teriam sido corretamente escritas? Nos séculos I, II e III todas as cópias seriam autênticas? “Essas cópias com erros eram copiadas, e cópias das cópias com erros eram feitas, e assim por diante, a perder de vista” (EHRMAN, 2005, p. 69 - 70).

Os argumentos levantados nos revelam a impossibilidade de atestar devidamente a escrita original da carta de Paulo aos Gálatas, bem como a dos Evangelhos. O Evangelho de João, assim como os outros três analisados, não nos revela a história da vida do Jesus real entre os apóstolos e seu ministério entre o povo, e sim, sobre um Jesus mítico com as cores da teologia judaica daquele período. Finalizando este tópico do capítulo primeiro vamos destacar o que alguns dos biblistas concluíram em relação à composição dos quatros Evangelhos:

- I. Sem dúvida, os Evangelhos constituem nossas principais fontes para a reconstrução do Jesus histórico; mas dizer que os evangelistas apresentaram ou pretenderam apresentar o Jesus histórico, seria o mesmo que transportá-lo numa máquina do tempo exegética ao período do Iluminismo (MEIER,

1992, p. 36).

- II. O mais influente estudioso da Bíblia do século XX, Rudolf Bultmann (1884-1976), transformou a abordagem moderna dos Evangelhos. “Sou de opinião”, escreveu ele, “que não sabemos praticamente nada sobre a vida e personalidade de Jesus, pois as fontes cristãs não tinham interesse nesses assuntos” (THIEDE; DANCORA, 1996, p. 216). Bultmann e outros estudiosos da escola da “crítica da forma” argumentavam que os Evangelhos não são narrativas históricas, mas coletâneas intensamente estilizadas de “formas” tradicionais. Tais coletâneas haviam surgido no correr do tempo, evoluindo da vida, do culto e das tradições orais das primeiras comunidades cristãs.
- III. “O cristianismo é uma religião textualmente orientada cujos textos fundamentais foram mudados e que só sobrevivem em cópias que diferem de uma para outra, em certos momentos, de um modo altamente significativo” (EHRMAN, 2005, p. 79).

Em vista destas concordâncias percebemos que as narrativas evangélicas não podem ser confirmadas como autênticas devido a grandes variações de cópias elaboradas ao longo dos séculos I, II e III d.C em Roma, Síria e no próprio mundo judeu. A afirmação de que os evangelistas não foram testemunhas oculares da vida de Jesus, demonstra que a escrita não foi realizada pelos próprios autores; Mateus, Marcos, Lucas e João, havendo diferenças nestes Evangelhos em relação, por exemplo, na genealogia de Jesus contida, apenas, em Mateus e Lucas. O Evangelho de João é mais teológico, e o de Marcos seguiu um esquema simples com base nos relatos de Pedro. Se os evangelistas conhecessem de perto a vida de Jesus, por que tantas diferenças nas narrativas? E por que não se atermem em documentar a sua vida, como de fato ocorreu? Por que tantas discrepâncias entre um e outro evangelista? Tais questionamentos aguardam solução de continuidade.

3.1 O PAPEL DE CONSTANTINO E DA POLÍTICA ROMANA

Após termos abordado os Evangelhos percebemos que a Bíblia, como um livro do povo judeu, possui alguns pontos históricos em seu bojo literário, como por exemplo, os acontecimentos políticos que envolveram personagens importantes da história do Ocidente, mas iremos destacar a figura do Imperador Romano Constantino (Flávio Valério Aurélio Claudio Constantino). Este nasceu em Nássio, em 27 de fevereiro, provavelmente após o ano 280 d.C), e, também, os acontecimentos que modificaram a estrutura da política romana.

Para entendermos os aspectos históricos em torno das mensagens evangélicas, e sua difusão no mundo romano com Constantino no poder, é necessário recuarmos ao século IV d.C. Devido às divergências políticas entre Constantino e Licínio, com quem dividiu o Império Romano em 313 d.C, e pelo fato de que o Império se encontrava em conflitos com os pagãos e os judeus cristianizados de Roma, Constantino em 326 deu início à construção de Constantinopla, cidade erguida sobre a antiga Bizâncio, que pertencia ao Império Romano. Constantino governou a antiga Bizâncio, agora Constantinopla, por trinta anos. Em 313 o Imperador Constantino reconheceu, oficialmente, o cristianismo como religião, pelo Édito de Milão.

Bizâncio era uma antiga *polis* grega, ou cidade-estado, às margens do Bósforo, jamais de grande importância na antiguidade. Mas isso mudou quando o Imperador Constantino, o Grande (306-37), a restabeleceu como a nova capital imperial e a rebatizou como Constantinopla –a cidade de Constantino- em sua própria homenagem. Devia servir como uma nova Roma, a partir da qual o Imperador podia inspecionar as mais vulneráveis fronteiras do império, que se estendiam ao longo do Danúbio e do Eufrates. A decisão de situar o núcleo da autoridade imperial às margens do Bósforo teve óbvias implicações para o relacionamento entre as duas metades do império. Se no fim apontou para a divisão, a princípio deu esperanças de que a cidade se tornasse um novo centro de unidade para o mundo romano. (ANGOLD, 2002, p. 17).

Na constituição da “nova” Roma foram forjados os elementos da antiga cultura bizantina, que era helenizada, para uma “nova” cultura. Sob o reinado de Constantino, em Bizâncio, foi construído o foro, e as ruas, com suas arcadas. Através de Constantino os cargos dos Imperadores se dividiam em dois poderes: o poder divino e o temporal. “Desde que o cristianismo se tornara religião oficial no tempo de Constantino, a Igreja assumira todos os assuntos relativos a deus e à religião, deixando para o imperador o trato das questões temporais” (ASCENÇÃO, 2017, p. 193).

Percebemos a divisão do Estado Romano em duas vertentes; uma religiosa que comandava os assuntos considerados divinos, e a outra vertente que atuava na esfera

política. As autoridades religiosas passaram a ter autonomia. A historiografia registrou mudanças significativas no Reinado de Constantino concernentes a estes dois aspectos. Neste reinado as seitas gnósticas perderam importância, o cristianismo se estabeleceu mais firmemente e as divergências entre judeus cristianizados e não cristianizados aumentaram.

À medida que o cristianismo se estabeleceu mais firmemente, sua hostilidade para com a religião do Antigo Testamento ficou mais forte. Diziam os cristãos que os judeus eram maus porque deixaram de reconhecer o Messias anunciado pelos antigos profetas. A partir de Constantino, o antisemitismo se tornou uma forma respeitável de fervor cristão, ainda que a motivação religiosa não fosse a única. É estranho que os cristãos, que haviam sofrido pavorosa perseguição, uma vez no poder se voltassem com igual violência contra uma minoria que se mostrava igualmente firme nas suas convicções. (RUSSELL, 2016, p. 200-201).

Durante o Império de Constantino os adeptos do arianismo¹ e os cristãos entraram em choques doutrinários que vieram a provocar situações embaraçosas na política romana. Angold (2002) escreveu que; para resolver tais embates Constantino convoca o Concílio de Nicéia em 325, este concílio fixou os padrões da ortodoxia que se encontrava em disputas com o arianismo. O bispo de Alexandria Atanásio² (328 a 373) foi o principal opositor de Ário. A centralização da igreja foi um processo paulatino. Os bispos de Roma, em Constantinopla, foram se tornando poderosos nas questões políticas.

Constantino, o Grande, teve de definir com mais clareza sua posição. Afirmava ser “igual aos Apóstolos” e “amigo de Jesus Cristo”. Queria injetar uma dimensão pessoal em seu relacionamento com o Cristo (...). Uma pretensão ao status de semidivino, ajuda a explicar a oposição que Constantino teve de enfrentar dentro da igreja, liderada por Atanásio. (ANGOLD, 2002, p. 23).

Podemos verificar que a saída de Constantino para Bizâncio se deu devido a: diferenças ideológicas com o segundo Imperador chamado Licínio³, a perda de terras ao norte do Império, a colisão entre o paganismo e o crescente cristianismo, levando muitos escravos romanos e romanizados a se tornarem adeptos da “Boa Nova” (estes passaram a adotar uma nova forma de vida, acreditando e pregando o “Reino dos Céus” para outros escravos). Estes judeus e pagãos cristianizados se tornaram discípulos dos Apóstolos e seguidores do “Messias” crucificado. Devido a estes fatores cruciais que vinham prejudicando e enfraquecendo a vida econômica e política do Império Romano Constantino declarou guerra contra Licínio e os perseguidores dos cristãos. Em 285 d.C ele se torna o único Imperador Romano. Sua estratégia, aliança entre política e religião, elevou

1. Arianismo: Doutrina de Ário, sacerdote de Alexandria, sustentava que Deus Pai tinha prioridade sobre o filho e que ambos eram distintos. O arianismo floresceu assim como várias outras doutrinas consideradas heréticas pela ortodoxia cristã. (RUSSELL, 2016, p. 202).

2. Atanásio: Patriarca de Alexandria (328 a 373). Atanásio era um paladino da autonomia da igreja para assuntos eclesiais.

3. Licínio: Após a morte de Constâncio, em 25 de julho de 306, seu filho Constantino foi aclamado Imperador. Mas seu título não foi reconhecido. Com a morte de Galério (Imperador que obteve o poder), em 310 Maxêncio, Maximino e Licínio disputam o Império Romano. Constantino que era comandante das legiões de seu pai Constâncio, havia dominado a Gália, Bretanha e Espanha, aliou-se a Licínio e derrotaram Maxêncio em 312. Licínio vence, também em 313, as legiões de Maximino. A partir daí Constantino passou a dividir o Império Romano com Licínio. (Enciclopédia Barsa, 3ª edição, 2005, p. 367).

o cristianismo à categoria de religião oficial do Ocidente.

Adentrando mais especificamente sobre a dinâmica dominadora do império romano e a transformação do cristianismo como religião oficial do mundo romano, iremos, em primeiro lugar, levantar a seguinte questão: Como é que os seguidores de Jesus formaram uma religião que se opôs ao judaísmo fortalecendo-se em uma religião antijudaica? Ehrman (2005) explica que os seguidores de Jesus o nomearam como Messias judeu.

O significado de Messias, na visão do povo judeu, era de um indivíduo com grandes poderes entre o céu e a terra, capaz de libertar a nação judaica do domínio romano, dando a Israel à soberania de Estado governado por Deus, através dele mesmo. O Messias seria o enviado de Deus. Mas, para os judeus, não seguidores de Jesus, chamá-lo de Messias era algo inconcebível. Os seguidores de Jesus insistiam na propagação de sua crença em torno de Jesus e, também, em converter outros judeus para esta nova crença. Nesta disputa sobre se Jesus era, ou não, o Messias esperado por todos, conforme consta das palavras de Esdras (sacerdote dos judeus quando do exílio da Babilônia) sobre a vinda de um Messias que instauraria o reino de Deus, levou os judeus cristãos a não admitir o “erro” dos judeus contrários a Jesus e, a afirmarem que os judeus que rejeitaram Jesus, o Messias que morreu na cruz para a “salvação do mundo”, eram cegos que negaram a “salvação” do próprio Deus de Israel e do seu povo.

A palavra “Messias” vem do aramaico mesiha, que reflete o hebraico masiah; a tradução grega e Chistos, donde “Cristo”. Os termos semíticos e gregos significam “ungido”. Como veremos, várias pessoas eram consideradas ungidas física ou espiritualmente, mas, para nossos propósitos, e útil uma história sucinta da pessoa regia ungida. Parece que a ideia de ungir com óleo foi aplicada primeiro ao rei, e só mais tarde ao sumo sacerdote. Quando a monarquia davidica governou a Judéia (1000 a 587 A.C), cada rei da dinastia era um ungido do senhor, e considerado representante especial de Deus para o povo. (BROWN, 2011, p. 576).

Outro ponto a destacar foi o fato da crucificação e a fé na ressurreição de Jesus pelos seus seguidores, o que levou o Apóstolo Paulo, a acreditar e pregar, através de suas cartas, que a “salvação” dos judeus se daria pela fé em Jesus e não pela observância da lei mosaica; a Torá. “Logo, obedecer à lei não tinha função alguma para a salvação” (EHRMAN, 2005, p. 84).

Mas, não foram somente alguns judeus a se tornarem cristãos, outros gentios também. Iniciaram-se pregações aos convertidos ao cristianismo, após o advento da crucificação de Jesus, dando ênfase na forma “correta” de se conseguir a “salvação”, abolindo a necessidade em seguir as leis mosaicas e todas as prédicas dos profetas e juizes contidas no Antigo Testamento. Ficou estabelecida a diferença entre judeus e cristãos. Aliar-se ao povo judeu significava a notoriedade da rejeição ao Messias e a recusa do próprio Deus.

Avançando pelo século II d.C pode-se notar que o judaísmo e o cristianismo se tornaram duas religiões distintas. Mesmo assim, os cristãos (judeus e gentios convertidos) continuaram seguindo as escrituras antigas, às mesmas dos judeus não convertidos. Os primeiros alegaram que os judeus haviam interpretado mal suas próprias escrituras. A carta

de Barnabé⁴ é um livro que foi considerado, por cristãos antigos, como parte do Cânone do Novo Testamento, esta carta afirma que o judaísmo é uma religião falsa e que os judeus foram desencaminhados por um “anjo mal”, não entenderam que as leis de Moisés eram alegóricas.

O antijudaísmo passa a se caracterizar como forte pensamento dando suporte para que o escritor Tertuliano⁵ e Orígenes⁶ defendessem a ideia de que a destruição do templo de Jerusalém, no ano 70 d.C, pelos romanos, fora uma punição, devido ao fato dos judeus crucificarem o Messias. As disputas religiosas e as perseguições de judeus contra cristãos e, cristãos contra judeus teve início neste momento da história do cristianismo. O fato que marcou estas intrigas e oposições foi o martírio do cristão Estevão (Atos 7:6), que foi apedrejado até a morte por uma multidão de judeus. Ehrman (2005) apresenta a informação de que o Novo Testamento está coberto de textos, de copistas, com uma forte bagagem em apoio à nova forma de interpretação da lei mosaica e reverência ao Messias crucificado, entrando em confronto com o Antigo Testamento que se apoia na lei mosaica, que é a lei dos judeus.

Até onde vimos as disputas internas quanto à correta doutrina ou à administração da Igreja (o papel das mulheres) afetava os antigos copistas cristãos, assim como os conflitos entre a igreja e a sinagoga, dado que o sentimento antijudaico da igreja repercutia sobre a forma de esses copistas transmitirem os textos que, por fim, vieram a ser declarados como o Novo Testamento. (EHRMAN, 2005, p. 205).

Quando o Imperador Constantino, no século IV, decretou o cristianismo como religião oficial, os cristãos tiveram sua liberdade de culto, bem diferente do que aconteceu nos séculos anteriores, I e II, quando os cristãos foram perseguidos pela recusa na adoração aos deuses pagãos responsáveis pela vida abundante e segura oferecida pelo Estado Romano e, das sociedades, que eram politeístas. Se algo saísse do controle, do status quo, como guerras, doenças, penúrias, etc., os responsáveis seriam, automaticamente, os cristãos, que se constituíram entre as sociedades pagãs do Império romano, depois da religião judaica tradicionalmente ancestralizada e, deixada à parte como uma exceção.

Os cristãos que se negavam a adorarem os deuses eram tratados como os “fora da lei”. Podemos caracterizar o cristianismo, construído por seus fundadores e, seguidores, em especial; Paulo de Tarso, como sendo a religião que dominou o Ocidente, mas que não deixa de ter a sua ramificação no judaísmo e nas mitologias gregas e Orientais.

O fato é que, depois da ressurreição, Jesus foi chamado o Messias (Jesus Cristo, Jesus, o Cristo, o Cristo de Deus) por seus seguidores com espantosa frequência, conforme atestado nos vários gêneros da literatura cristã primitiva. Isso já é verdade nas confissões de fé pré-paulinas, mas tem presença maciça nos escritos paulinos, a ponto de “Cristo” se tornar segundo nome para “Jesus” e até começar a substituir Jesus: (BROWN, 2011 p. 578).

4. Barnabé: Um dos Apóstolos de Jesus. Seguidor de Paulo de Tarso em suas viagens.

5. Quintus Septimus Florens Tertuliano: Escritor das primeiras fases do cristianismo. Nascido em Cartago, província romana da África. (160 a 220 d.C).

6. Orígenes de Alexandria: Teólogo e Filósofo neoplatônico patristico. (185 a 254 d.C.).

Quanto às semelhanças entre Judaísmo e cristianismo, especificamos aquelas mais proeminentes, que são:

- a. A crença em um Deus que elege seus favoritos e, estes são diferentes.
- b. A mesma visão de história do início (gênese) com a criação divina e, o fim, que é divino, também.
- c. Crença na probidade, tendo como mote, a caridade ao semelhante.
- d. Crença na existência de outro mundo.
- e. Credibilidade no futuro acerto de contas entre a divindade e o infiel.
- f. Crença no céu para os justos e no inferno para os maus.

Para o povo da religião judaica, acreditar em um Deus antropomórfico era a lei. O medo da perda de legitimidade (povo escolhido) perante este Deus estava presente, cotidianamente, na vida dos profetas do Antigo Testamento que, por sua vez, exerciam a liderança política de suas tribos. A coesão social e, a proibição de culto a outros deuses, era alvo constante destes líderes e, estava endossado como o Ethos tribal. Os cristãos implantaram este “Modus Vivendi” para os seguidores da “Nova Religião”. Tais características nacionalistas e, monoteísta, dos judeus, foram intensificadas por uma linha de acontecimentos nacionais, que foram:

- 722 a.C= Escravos dos povos Assírios.
- 586 a.C= Escravos na Babilônia.
- 587 a.C= Escravos dos Persas.
- 538 a.C= Ciro, o Rei persa, permite que os judeus retornem à Palestina. Mas, alguns judeus se dispersam o que ficou conhecido como à primeira diáspora judaica.
- Alexandre, o Macedônico, (356 a.C a 323 a.C), dominou os babilônicos e persas (333 a.C) que contavam com os judeus, como escravos.
- O Rei sírio Antioco IV (séc. II a.C) tentou helenizar os judeus através da guerra.

Depois de toda esta trajetória das tribos judaicas que não se dispersaram e, se fixaram na Palestina, a religião destas tribos sobreviveu e propiciou as bases para o advento do cristianismo: “Foi principalmente a bem-sucedida resistência dos Macabeus que, numa época em que os judeus da Diáspora se helenizavam rapidamente, assegurou a sobrevivência da religião judaica e, assim, propiciou as condições sem as quais não poderia ter surgido o cristianismo e, mais tarde o islamismo” (ASCENÇÃO, 2017, p. 197).

Como forma de garantir a economia e sustento da corte romana e, do clero que se organizava em torno desta “Nova Religião”, Constantino se faz batizar, ainda com um

sopro de vida, oficializando esta religião. Sua estratégia política para dominação de povos e território, foi alcançada.

Em 313 d.C, com o grande avanço da religião cristã o Imperador Constantino Magno enfrentava problemas com o povo romano e necessitava de uma nova estratégia para controlar as massas. Aproveitando-se da grande difusão do cristianismo, apoderou-se desta religião e, modificou-a, conforme seus interesses. Alguns anos depois, em 325 d.C, no Concílio de Nicéia, é fundada, oficialmente, a Igreja Católica. (SOUSA, 2017, online)

O Império Romano deveria continuar sendo temido e, venerado, claro, com a mão-de-obra e, soldados escravos, porém “satisfeitos”, pois poderiam professar sua religião, após as perseguições imputadas pelos judeus seguidores de Moisés, antes do cisma imperial romano e, pelos pagãos e a nobreza romana, do Ocidente. No Concílio de Nicéia (325.d.C), promulgado por Constantino, foi consagrado o monoteísmo e, definido as normas eclesíásticas como decisões de efeito civil e leis imperiais.

Em 325 d.C é realizado o Concílio de Nicéia, cidade da Bitínia, na Turquia Asiática. Este foi o primeiro Concílio Ecumênico da Igreja, convocado pelo Imperador Flávio Valério Aurélio Claudio Constantino (285-337 d.C). Os tópicos da discussão foram o Arianismo, a Páscoa, e a promulgação do Credo de Nicéia. (SOUSA, 2017, online)

O Imperador manipulou, pressionou e ameaçou os participantes do Concílio (em sua maioria, pertencentes ao partido de Constantino) para garantir que votariam no que ele acreditasse, e não em algum consenso a que os Bispos chegassem. Portanto as orientações de Constantino, nessa etapa, foram decisivas para que o Concílio promulgasse o Credo de Nicéia, ou a Divindade de Cristo, em 19 de junho de 325 d.C.

A análise crítica do historiador e, filósofo, francês Edward Gibbon (1737-1794) no livro “*O Declínio do Império Romano*” nos traz a seguinte proposição: “O declínio de Roma foi ocasionado pela invasão dos bárbaros e a expansão de um cristianismo altamente político e com características egoístas”. Gibbon (1983) ao analisar as fontes dos antigos eruditos; Tácito (55-120 d.C), Tucídides (460-400 a.C) e Suetônio (69-132 d.C) buscou retratar os porquês da natureza humana em promover as transformações no meio em que vivem, desta feita, ele chega à conclusão de que o homem tem uma natureza egóica, por isso transformou o Cristianismo Primitivo em uma religião política onde a figura do Papa, até o fim do Império Bizantino, era tida como o rei católico espiritual e suas decisões estavam em consonância com os direitos e deveres do Imperador romano.

Gibbon (1983) defende que as razões humanas é que estabeleceram a hegemonia da fé cristã, e não uma revelação divina; “As prerrogativas do rei do céu eram fixadas, substituídas ou modificadas no gabinete de um rei da terra” (GIBBON, 1983, p. 578). A estratégia de Constantino em ser coroado como Imperador romano, em Bizâncio, não se limitou a guerras, e sim, em uma forma peculiar de angariar adeptos, favoritismos e a segurança para o seu reinado: “Ele usou os altares como degrau para o trono do Império” (GIBBON, 1983, p. 543). Alargando os horizontes imperiais, Constantino faz do Concílio de Nicéia uma “ponte” entre política e religião, chegando a se converter e promovendo uma relativa paz aos cristãos

Seus éditos de tolerância fizeram desaparecer os perigos temporais que retardavam o progresso do cristianismo, e os ativos ministros da fé cristã foram autorizados e encorajados a empregar em seu favor todos os argumentos que pudessem subjugar a razão ou excitar a piedade. A balança só por um instante permaneceu igual entre as duas religiões; o olho penetrante da avareza e da ambição descobriu cedo que a prática da religião cristã contribuía tanto à felicidade do presente quanto àquela do futuro. (GIBBON, 1983, p. 547).

A Construção e hegemonia da religião cristã, no período de Constantino, ficaram marcadas de forma profícua e longínqua, aja visto que o que presenciamos nas igrejas, desde a queda do Império Romano, está dentro desta perspectiva político-religiosa preconizada no Cãnone Cristão.

CAPÍTULO 4

4 EXCLUSÕES E SELEÇÕES NO CÂNONE CRISTÃO

O que realmente podemos saber sobre o Jesus Histórico? O que podemos assegurar, como fato histórico, das narrativas bíblicas, e o que podemos excluir? Estes questionamentos serão nossos objetos de ocupação a partir de agora. Sabemos, pelos biblistas, historiadores e papirologistas sobre a transformação que os Imperadores Romanos; Justiniano e Teodósio I realizaram no Cristianismo primevo, em seus concílios e, cada concílio realizado em Roma (382 d.C), Constantinopla (381 d.C) e Éfeso (431 d.C) promulgou, estabeleceu rituais, dogmas e crenças baseados no paganismo Romano, Sírio, Fenício, além de elencar os rituais dos Persas, Babilônicos e Egípcios. Juntamente com esta gama de tradições e crenças, a vida política e econômica, dos povos conquistados pelos romanos (entre estes o povo judeu) estava submetida à vontade do Imperador Romano.

Retrocedendo um pouco no tempo percebemos que o cristianismo primitivo antes de sofrer as sanções dos Imperadores Romanos, entre eles, Nero (55 d.C) e Tito Flávio Vespasiano (69 d.C), foi uma seita, basicamente, restrita ao mundo judeu e seu culto se baseava em história com a ideia da vida após a morte. Os judeus eram o povo do Livro e, sendo assim, com as “perseguições” e “mortes” imputadas aos seguidores da “nova” seita, como por exemplo, o Apóstolo Pedro que foi crucificado ao lado do campo de Marte¹ o cristianismo passou a ter seus livros, também. O cristianismo foi levado para Bizâncio, juntamente com a política e as regras econômicas de Roma. Bizâncio (séc. IV a.C) era uma antiga polis de domínio greco-romano, ali residiam filósofos, pensadores.

Quando Constantino deliberou que naquele solo seria instalada a capital do Império Romano, do Oriente, com a permissão para os cristãos exercerem, livremente, seu culto ao “Messias Davídico,” estes mesmos pensadores entraram em choque com esta “forma” arbitrária de governo, ocorrendo, então, os concílios para as tomadas de decisões entre esta população que já residia em Bizâncio, com suas perspectivas de vida voltadas para a cultura grega, e o Imperador Constantino que preservou as leis romanas na “Nova Roma”, formando um Império Romano Helênico Cristão com a miscigenação das culturas romana, grega e Oriental.

O “caldo” cultural e social estava estabelecido em nome e, para a preservação dos interesses políticos e econômicos de Constantino, que não era bem visto em Roma. Religião e Política cruzam seus caminhos e estarão de “mãos dadas” nos séculos da história humana do Ocidente e do Oriente.

O cristianismo sob o domínio romano, em Constantinopla, perdeu seu caráter crítico-radical e passou a ser “domesticado” pelos futuros bispos da igreja institucionalizada. Perguntas: O que cada biblista discorre sobre as autenticidades em relação ao Jesus Histórico? O que pode ser caracterizado como verossimilhança e aquilo que devemos desclassificar das narrativas? Iniciaremos com as análises de Roberto Pompeu de Toledo inseridas no Apêndice III do livro “Vida de Jesus” do autor Ernest Renan, Sobre os

1. Marte: deus da guerra do mundo romano.

Evangelhos Canônicos ele diz: “São relatos confusos, as zonas de sombra se sucedem, as contradições abundam” (RENAN, 2006, p. 452).

Para o comentarista Toledo, as formas de atestar se os relatos sobre Jesus são históricos, ou não, se concentram nas seguintes técnicas: A múltipla atestação, o estudo linguístico e as descobertas arqueológicas. Diante de sua análise contida no Apêndice III, do livro em questão, aferimos que há duas hipóteses para nascimento e morte de Jesus, que são: a) Jesus era de Nazaré, na Galileia. Nasceu no ano 7 ou 6 a.C, pouco antes da morte de Herodes, em 4 a.C. Quanto à morte ela se deu no dia 7 de Abril do ano 30 d.C, Jesus teria 36 anos, ou, b) O nascimento por volta dos anos 10 a.C e, a morte teria sido em Março do ano 36 e Jesus teria, por volta, de 50 anos. Jesus falava o aramaico, língua corrente na Palestina. Era carpinteiro e, tinha irmãos e irmãs, sendo Tiago (o mais velho) exercendo um importante papel na igreja primitiva, como chefe, após a morte de Jesus. Tiago concebeu os ensinamentos de Jesus de forma simples, pois respeitava os limites de entendimentos do povo e, sem romper com o judaísmo, diferentemente de Paulo.

O Apóstolo Paulo teve o gênio de pressentir que era preciso conquistar os gentios ou, por outras palavras, injetar a nova ideia nas veias do próprio Império Romano, se era para ganhar essa parada, e não confinar-se a um exíguo povo de uma remota província, ele fez prevalecer sua posição, para cuja execução, aliás, só ele estava preparado, viajado que era culto e cosmopolita, além de politicamente e protegido pela condição de cidadão romano, o cristianismo ganhou o mundo, o que explica aliado à questão anterior, o ostracismo de Tiago. (RENAN, 2006, p. 466)

Jesus era celibatário e as relações com sua família eram conflitivas. Sua mãe, Maria de Nazaré e, seu irmão Tiago, reconcilia com ele no momento da crucificação. A vida de Jesus, conclui Toledo, não foi registrada historicamente, as narrativas evangélicas estão cheias de fantasias, lacunas e contradições. O principal objetivo dos evangelistas foi pregar uma doutrina. A fim de estabelecer um parâmetro em suas análises, Toledo realça os argumentos científicos extraído do livro “The Historical Jesus”, do professor de estudos bíblicos John Dominic Crossan (1991-92) da Universidade de Chicago (EUA), segundo Crossan Jesus era um transgressor das leis rabínicas, proclamava a igualdade entre judeus, samaritanos e todos que compunham a nação judaica. Dirigia-se ao povo e, aos marginais daquela sociedade; leprosos, bêbados e prostitutas rompendo com as formalidades da religião judaica. Jesus realizava uma ação messiânica itinerante.

Penso que aqui está o coração da mensagem do movimento original de Jesus, um igualitarismo composto da partilha dos recursos materiais e espirituais. Eu enfatizo isso o mais fortemente possível, e insisto em que sua materialidade e sua espiritualidade, sua realidade e seu simbolismo não podem ser separados. (RENAN, 2006, p. 472).

Seguindo a temática da exclusão e seleção sobre a vida de Jesus contida nos Evangelhos, colocaremos em evidência as conclusões do autor Bart Ehrman que expõe em um de seus parágrafos conclusivos a seguinte afirmativa: “A convicção de que os copistas mudaram as escrituras foi se transformando em uma certeza crescente, à medida que eu estudava mais e mais o texto. E essa certeza transformou o meu modo de entender o

texto em mais de um aspecto” (ERHMAN, 2005 p. 220). Nas passagens evangélicas sobre as perseguições dos pagãos (povos não seguidores do cristianismo) aos cristãos, que formaram as primeiras unidades de propagação da Boa Nova, Erhman nos esclarece que houve um exagero quanto a tais declarações.

De fato, grande parte da oposição pagã aos cristãos no decorrer dos dois primeiros séculos da igreja se dava mais nas camadas populares do que como resultado de uma perseguição romana organizada, oficial. Contrariamente ao que muita gente parece pensar, não havia nada de “ilegal” no cristianismo *per se* nesses anos iniciais. O cristianismo não era proibido por lei, e os cristãos, em sua maioria, não precisavam andar se escondendo. A ideia de que eles tinham de permanecer nas catacumbas romanas para fugir das perseguições e de se cumprimentarem uns aos outros por meio de senhas secretas, como o símbolo do peixe, não passa de lenda. Não era ilegal seguir Jesus, não era ilegal adorar o Deus judeu, não era ilegal chamar Jesus de Deus, não era ilegal (na maioria dos lugares) organizar à parte reuniões de fraternidade e adoração, não era ilegal convencer os demais da própria fé em Cristo como o Filho de Deus. (ERHMAN, 2005, p.206)

Os cristãos foram perseguidos pelos pagãos que faziam sacrifícios e oferendas aos deuses “provedores” do bem-estar material do mundo romano, devido ao fato de que os cristãos não participavam do culto aos deuses. Por isso foram perseguidos, caso contrário eles eram livres para realizarem suas crenças.

Raramente os governadores romanos das províncias, para não falar do imperador em pessoa, se envolviam em questões locais. Quando o faziam, porém, simplesmente tratavam os cristãos como um grupo social perigoso, que precisava ser extinto. Geralmente se concedia aos cristãos a chance de se redirem caso se dispusessem a adorar os deuses segundo os rituais que se queria que praticassem (por exemplo, oferecendo incenso a algum deles); se eles se recusassem, eram vistos como agitadores recalcitrantes e tratados de acordo com isso. (ERHMAN, 2005, p. 208)

Portanto, mudanças foram propositadamente realizadas no Novo Testamento. Sobre o Jesus Histórico, atesta Erhman:

Os últimos vinte anos testemunharam uma explosão da pesquisa sobre o Jesus histórico. Como resultado disso, temos agora uma enorme gama de opiniões sobre como Jesus deve ser encarado – como um rabi, um revolucionário social, um insurgente político, um filósofo cínico, um profeta apocalíptico: as opções são inúmeras. O outro ponto no qual quase todos os pesquisadores concordam, porém, é que seja qual for o modo de alguém entender a causa maior da missão de Jesus, ele deve ser situado em seu próprio contexto de judeu palestino do século I. Jesus era inteiramente judeu, em todos os aspectos- assim como seus discípulos. (ERHMAN, 2005, p. 197)

No livro “*Testemunha Ocular de Jesus*” os autores Thiede e Dancora (1996) destacam a opinião do bibliista Rudolf Bultmann (1884-1976) que no início do século XX se tornou o mais influente pesquisador dos assuntos bíblicos, para Bultmann: “Sabermos sobre o Jesus histórico, na íntegra, é algo praticamente impossível uma vez que as fontes

evangélicas não tinham interesse em documentar os fatos da vida e da personalidade de Jesus”. Bultmam utilizou a técnica “crítica da forma” para provar que os Evangelhos não são narrativas históricas, mas um conjunto de escritos tradicionais retirados da vida cotidiana, das formas de culto e oralidades dos judeus cristianizados. Os Evangelhos formaram normas teológicas de pregação, instrução e oração para satisfazerem as necessidades da igreja nascente. Thiede e Dancora escrevem que:

A obra de Bultmam estimulou o ponto de vista de que os Evangelhos foram escritos mais tarde do que se pensava e de que deviam ser entendidos como primitivos manuais eclesiásticos, e não como biografias ou narrativas de testemunhas oculares. Sua atenção se focalizava sobre o Cristo da fé e não sobre o Jesus da história. Sob a perspectiva de Bultmam, com sua enorme influência, o importante era “que” Jesus era e não o “que “era”, ou seja, o fato de existir e não o que fazia e como vivia. (THIEDE; DANCORA, 1996, p. 217).

Pesquisas foram e continuam sendo realizadas no intuito de descobrir algo mais sobre o Jesus histórico; “Dois mil anos após o nascimento de Jesus, os livros que contam sua vida estão sendo novamente analisados- não por padres, teólogos e críticos literários, mas por cientistas” (THIEDE; DANCORA, 1995, p. 230). Mesmo estes autores ligados à religião católica chegaram à conclusão de que: “Nenhum cientista pode afirmar que os Evangelhos são *fiéis à verdade*, mas já tem condições de formar um julgamento se são ou não *autênticos*” (THIEDE; DANCORA, 1995, p. 231).

A respeito das análises de Meier (1992) sobre a teologia e a história em torno de Jesus, percebemos que para entendermos o Jesus histórico dependeremos, em grande parte, dos Evangelhos canônicos, mas os Evangelhos foram escritos entre 40 a 70 anos após a crucificação de Jesus com uma carga mística, teológica e taumatúrgica bastante evidenciada. Para se realizar a tarefa de exclusão e seleção dos textos veterotestamentários existem técnicas que possibilitam aos historiadores e biblistas descobrirem, como um Sherlock Holmes, a veracidade e as construções realizadas ao longo dos primeiros séculos, depois do advento crístico, sobre a figura diferenciada de Jesus. São elas: a) O critério da contradição que enfatiza os atos e palavras de Jesus que pudessem ter constrangido à igreja primitiva, b) O critério da descontinuidade que se baseia em analisar palavras e atos de Jesus que não pertenciam ao rito judaico e nem da igreja primitiva depois dele, c) O critério da múltipla confirmação que dirige sua atenção às palavras e atos de Jesus que são confirmados em mais de um gênero literário, d) Critério da coerência que vigora a partir das análises certificadas dos primeiros critérios descritos, e) critério da rejeição e da execução, este critério realça o fato histórico do fim trágico de Jesus pelas autoridades judias e romanas, a fim de explicar os atos e palavras de Jesus que o levaram a ser crucificado.

Dentre o material coletado e investigado por estes critérios científicos, Meier diz que:

Na busca pelo Jesus histórico, por vezes chega-se mais facilmente à certeza sobre as circunstâncias “secundárias” do que sobre as palavras e atos do próprio Jesus. Por exemplo, as provas convergentes dos Quatro Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos, de Josefo, Fílon, Tácito e da inscrição descoberta em Cesaréia em 1961 nos dão a certeza, pelo menos moral, se

não física, de que Pôncio Pilatos era o governador romano da Judéia em 28-30 A.D. Mesmo aqui, no entanto, a certeza moral é, na realidade, apenas um elevado grau de probabilidade. O governo de Pilatos não é absoluto ou metafisicamente impossível, certo, pois não é teórica ou metafisicamente impossível que Josefo estivesse enganado ou que as referências a Pilatos em Filon sejam interpolações cristãs, ou que a inscrição de Cesaréia seja uma fraude. Mas, como qualquer dessas possibilidades (para não dizer todas) é improvável ao extremo, é justificável considerar nossa conclusão moralmente certa, em especial porque, na vida diária, frequentemente chegamos a firmes julgamentos teóricos e decisões práticas apenas com base na alta probabilidade. Assim, quando se fala de “provas” do material autêntico de Jesus, a questão deve ser entendida nesse contexto de uma gama de probabilidades. (MEIER, 1992, p. 1870).

Existem, também, os critérios secundários que são utilizados nestas análises: a) Critérios dos traços de aramaico que oferece um apoio filológico; b) O critério da ambientação palestina onde irá refletir sobre as condições sociopolíticas e econômicas da Palestina no século I a.D.; c) O critério da vividez da narração, quanto a este critério deve-se ter cuidado, pois nem toda narração vívida é uma prova histórica; d) Critério das tendências do desenvolvimento da tradição sinóptica, também, com acuidade deve-se utilizar este critério, pois todos os evangelistas deixaram as marcas, de suas tendências, em suas narrações; e) Critério da suposição histórica, onde sempre haverá análises difíceis quanto à historicidade da narrativa ou a tendência a dar ênfase à ideia de teologia cristã. Para os Evangelhos canônicos, excluir e selecionar narrativas com base nestes critérios secundários é algo extremamente fracionário.

Conforme já observaram muitos pesquisadores desalentados, o uso de critérios válidos é mais uma arte do que uma ciência, exigindo, mais do que a mera atuação mecânica, sensibilidade para cada caso individual. Nunca é demais repetir que esta arte normalmente proporciona apenas graus variados de probabilidade, e não uma certeza absoluta. No entanto, como já vimos, tais julgamentos de probabilidade são comuns em qualquer investigação da história antiga, e a busca pelo Jesus histórico não deve constituir exceção especial. Como a certeza moral nada mais é do que um alto grau de probabilidade, e como vivemos a maior parte de nossas vidas e fazemos muitos de nossos julgamentos práticos e teóricos com base na certeza moral, não devemos considerar os resultados de nossa busca demasiado frágeis ou incertos. Eles não são mais frágeis ou incertos do que muitos outros fatos de nossas vidas. (MEIER, 1992, p. 186).

Considerando a perspectiva metodológica dos pesquisadores que lidam com documentos da história antiga como “Arte” da pesquisa, podemos imaginar o trabalho minucioso e representativo que é a busca dos materiais que possam comprovar cientificamente a vida de qualquer personagem do período primitivo cristão, em especial o Jesus de Nazaré. Mas, o que podemos ter como certo são os resultados que aqui estão expostos. Sabemos que quanto mais antigo foi o acontecimento, mais difícil será o resgate, de forma completa, da história.

Fontes podem existir e, as análises destas fontes são o labor dos historiadores e biblistas. Arcar com esta responsabilidade requer muito mais que astúcia e comprometimento,

requerem habilidades de um investigador apaixonado que concilia a interdisciplinaridade na contextualização dos pormenores na tentativa de unir um quebra cabeças com mais de dois mil anos. A abordagem e, comparação, entre os autores sobre o Jesus Histórico nos trouxe elementos novos e singulares para o conhecimento epistemológico.

5 NAS ENTRELINHAS DAS NARRATIVAS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

5.1 SOBRE O CRISTIANISMO PRIMITIVO

Ao final das minhas elucubrações, que me fizeram entender como o Cristianismo foi alçado ao trono de religião dominante no século VI d.C em Constantinopla, poderíamos analisar os Concílios da Idade Média para concatenar outras estratégias (dogmas, sacramentos e ritos) que foram sendo incorporadas pelos papas subseqüentes impondo às massas populares e às próprias monarquias medievais estas estratégias carregadas de terror provocando medo e aflições nos adeptos da fé consagrada. Além do mais, o Jesus de Paulo de Tarso ganhou destaque na derrota do Jesus de Nazaré devido ao fato de que Paulo foi erigido ao posto de grande divulgador da doutrina cristã, aquela que foi documentada pós ano 70 d.C.

Como doutor da Lei Mosaica ele soube unir sua crença, suas ideias, sua postura rígida de homem judeu com a nova religião que foi elaborada pelas comunidades da diáspora. Roma foi escolhida por Paulo para fincar suas bases cristãs aos gentios. As epístolas de Paulo surtiram efeito até que o Império Romano se fixou no Oriente. A queda deste Império era uma fatalidade que o Imperador Constantino e seus predecessores não admitiam.

A política de favorecimento a Roma foi um caminho articulado para a permanência do Império tendo como aliados; os cristãos. Mas, qual foi a utilidade da religião cristã para o Ocidente desde o século VI? Buscamos os apontamentos de B. Russell sobre esta questão tão instigadora que nos traz pesos e medidas para avaliarmos até que ponto a manobra política romana favoreceu, ou não, as sociedades futuras:

Minha opinião acerca da religião é a mesma que a de Lucrécio. Considero-a como uma doença nascida do medo e como uma fonte de indizível sofrimento para a raça humana. Não posso, porém, negar que ela trouxe certas contribuições à civilização. Ajudou, nos primeiros tempos, a fixar o calendário, e levou os sacerdotes egípcios a registrar os eclipses com tal cuidado que, com o tempo, foram capazes de predizê-los. Estou pronto a reconhecer esses dois serviços, mas não tenho conhecimento de quaisquer outros. (RUSSELL, 2016, p. 20)

Estamos falando dos períodos medievais, mas podemos trazer esta discussão até nossos dias. A religião cristã, ditada e propagada por Paulo de Tarso, foi utilizada nas igrejas desde o Concílio de Calcedônia (451 d. C) que reafirmou que os Evangelhos e as Cartas de Paulo eram as bases da sustentação da fé cristã, afirmou, também em muitas teses que vinham de encontro aos interesses da igreja e do cristianismo institucionalizado.

Quando, há poucos anos, se realizou na Alemanha um plebiscito para se saber se as casas reais depostas deviam ainda ter o privilégio de gozar de suas propriedades privadas, as Igrejas, na Alemanha, declararam oficialmente que

seria contrário aos ensinamentos do cristianismo privá-las disso. As Igrejas, como todos sabem, opuseram-se, enquanto ousaram fazê-lo, à abolição da escravidão e, salvo algumas poucas exceções bastante anunciadas, opõem-se, no presente, a todos os movimentos que têm por objetivo a justiça econômica. O Papa condenou oficialmente o socialismo. (RUSSELL, 2016, p. 21).

Outra questão é a concepção da moral na religião cristã, esta recebeu uma conotação diferente daquilo que hoje entendemos por moral. Há uma unidade entre a moral e as ações individuais do crente no cristianismo primitivo. Todos os Evangelhos, com o as cartas de Paulo, conferem à moral qualquer conduta da pessoa (homem ou mulher) que tivesse atos de bondade para com o seu próximo, mesmo que estes atos estivessem destituídos de qualquer noção de entendimento quanto à sua profundidade. Sabemos que no ano 70 d.C Jerusalém foi destruída pelos romanos causando um vazio nas ovelhas desgarradas que passaram a vagar por vários territórios submissos ao poderio romano. Um povo sem terra, sem chefe, sem sacerdotes, sem o templo, o que sobrou foi o monoteísmo arraigado e a ideia, ainda que sem alicerces físicos, do povo escolhido.

A ênfase cristã quanto à alma individual teve profunda influência sobre a moral das comunidades cristãs. É uma doutrina fundamentalmente aparentada com a dos estoicos, surgindo, como a deles surgiu, em comunidades que não mais podiam alimentar esperanças políticas. O impulso natural dos indivíduos vigorosos, de caráter decente, é no sentido de procurar fazer o bem, mas, se tais indivíduos são privados de todo poder político e de toda a oportunidade de influir nos acontecimentos, desviar-se-ão de seu curso natural e decidirão que o importante é serem bons. Foi o que aconteceu com os primitivos cristãos: tal impulso os levou a uma concepção de santidade pessoal como algo inteiramente independente da ação benéfica, já que a santidade tinha de ser algo que podia ser conseguido por pessoas impotentes quanto à ação. A virtude social, por conseguinte, veio a ser excluída da moral cristã. (RUSSELL, 2016, p. 24).

O fator de intolerância, que é predominante no cristianismo primitivo, está evidente em muitos acontecimentos da história. Começemos por lembrar o episódio que trata sobre a questão da perseguição aos cristãos pelos imperadores romanos, tão dramatizada em filmes hollywoodianos. Os Evangelhos trataram desta questão como uma epopeia santificadora de muitos cristãos para a liberação das “portas do céu” ao justo e bom judeu cristianizado, porém, o que a história registrou é algo totalmente diferente (tratamos deste assunto nesta primeira parte da pesquisa). Com o passar do tempo podemos verificar que muitos cristãos realizaram perseguições contra seu próprio povo em regiões distintas. O individualismo e a supremacia religiosa, com um deus exclusivo, sempre estiveram presentes na vida do povo judeu. As divergências religiosas foram uma realidade constante entre judeus e cristãos.

A intolerância que se estendeu pelo mundo com o advento do cristianismo constitui um de seus traços mais curiosos, devido, penso eu, à crença judaica na justiça e na realidade exclusiva do Deus judeu. Por que razão os judeus deviam possuir tais peculiaridades, é coisa que ignoro. Parecem ter-se desenvolvido durante o cativeiro como uma reação contra de se absorver os judeus nas populações estrangeiras. Seja como for, os judeus, e mais

especialmente os profetas, inventaram essa ênfase quanto à virtude pessoal, bem como a idéia de que é pecado tolerar-se qualquer religião, exceto uma. Essas duas idéias tiveram efeitos extraordinariamente desastrosos sobre a história ocidental. A Igreja fez muito barulho em torno da perseguição dos cristãos pelo Estado romano antes do tempo de Constantino. Tal perseguição, porém, foi ligeira e intermitente, e de caráter inteiramente político. Em todas as outras épocas, desde o tempo de Constantino até o fim do século XVII, os cristãos foram muito mais ferozmente perseguidos por outros cristãos do que jamais o foram pelos imperadores romanos. Antes do advento do cristianismo, essa atitude de perseguição era desconhecida no mundo antigo, salvo entre os judeus. (RUSSELL, 2016, p. 26).

A historicidade do primeiro século em relação à formação do Cristianismo Primitivo pode nos ajudar a montar este corpo de doutrina que se ergueu durante séculos de história, apesar de que muitas das fontes originais se perderam no tempo e nas guerras religiosas. Por outro lado, podemos saber também, como se iniciou a estrutura de poder da igreja cristã com os primeiros bispos, que se tornaram papas. Esse ofício foi estabelecido pela política romana que previa um aumento significativo de crentes da nova fé devido ao estabelecimento dos Evangelhos e das cartas de Paulo.

O cargo de bispo, ou primeiros papas, estavam vinculados aos cargos políticos em Roma e todos foram levados a ocupar a cadeira do apóstolo Pedro. Estes bispos foram considerados por Roma os continuadores do Cristianismo. Lachatre, o escritor francês do século XIX que escreveu o livro *Os Crimes dos Papas* nos conta, um pouco, sobre a ordenação e atos dos papas desde o primeiro século até o século IX. Em seu livro Lachatre ousou contar algumas das torpezas daqueles que se diziam seguidores de Jesus e cristãos. Algo de incoerente surge desde então, na história do Cristianismo Primitivo. Ressaltamos, apenas, três papas, começando por São Lino, o segundo papa após o apóstolo Pedro que foi “ordenado” depois de crucificado de cabeça para baixo pelos romanos.

Não há nada de positivo nos primeiros séculos sobre essa cadeira pontifical. A cronologia dos autores está cheia de variantes espantosas e não emprega uniformidade na ordem da sucessão dos primeiros bispos de Roma; o partido mais razoável é, pois, seguir a opinião que faz suceder a S. Lino ao apóstolo Pedro na governação da Igreja. (LACHATRE, 2005, p. 42).

A seguir temos São Cleto, o terceiro papa.

Os atos deste bispo permaneceram numa profunda obscuridade; há, pois, razão para duvidar da sua santidade e do seu zelo pelo aumento do Cristianismo. Atribuem-lhe a ordenação de 25 padres e a divisão em paróquias dos títulos de Roma, isto é, das casas onde os fiéis se reuniam para o serviço divino. As crônicas acrescentam que ele instituiu sete diáconos. O pontifical Damaso fornece-nos essas particularidades e insinua que a Igreja de Roma fora governada até então pelos bispos e pelos padres, seus diáconos. S. Lucas, autor de um Evangelho e dos Atos dos Apóstolos, vivia na mesma época, e os seus escritos revelam-nos que esse evangelista era casado. Mas os bispos de Roma falsificaram o texto das Escrituras para destruírem uma autoridade tão importante em favor do matrimônio dos padres. (LACHATRE, 2005, p. 44).

Santo Evaristo foi o sexto papa;

Em consequência da opinião que fez confundir S. Cleto e Santo Anacleto, os pontífices fixam a morte de Santo Evaristo no ano de 109 de Jesus Cristo; mas não está demonstrado que ele sofresse o martírio, apesar de a Igreja o honrar com este título. Os padres atribuem-lhe duas decretais que não foram nunca obra sua, e fazem datar do tempo desse bispo o uso da consagração das igrejas, costume imitado dos pagãos e que só muito tarde foi introduzido na religião cristã. (LACHATRE, 2005, p. 47).

O que mudou na forma de se pensar o Cristianismo ao longo dos séculos subsequentes foi devido ao pensamento mais racional dada às primeiras pesquisas em torno do Cristianismo Primitivo no século XVIII. Mas, a estrutura oficializada da religião cristã não foi, e nunca será modificada. “O cristão moderno, é verdade, é menos robusto, mas isso não se deve ao cristianismo: deve-se às gerações de livres-pensadores que, desde a Renascença até os nossos dias, fizeram com que os cristãos se envergonhassem de muitas de suas crenças tradicionais” (ASCENÇÃO, 2017, p. 198).

Por isto, e muito mais, nossa compreensão acerca do cristianismo fundamentado, sacramentado e institucionalizado está equidistante da história do crucificado de Nazaré. E é o que vamos tratar a seguir.

5.2 SOBRE O JESUS HISTÓRICO

Sobre o Jesus Histórico verificamos, mais uma vez, que estamos diante de uma pseudo realidade quando tratamos do Jesus de Belém, aquele que foi construído pelos judeus que seguiram Jesus na época da sua pregação itinerante pela Galileia e Samaria do século I d.C. Esta construção se baseou nos mitos gregos e egípcios (sobre o mito vamos comentar logo mais). Esta construção foi necessária para aquele povo que vivia, ardentemente, apaixonado pela ideia de um salvador, um profeta seguidor da Torá tendo Moisés como um legislador profícuo. Para fortalecer a ideia do Jesus mítico os testemunhos deveriam seguir as lendárias profecias de Ezequiel, Jeremias, Zacarias e Miquéias que previam, décadas após décadas, a vinda de um messias, um libertador para o povo escolhido de Israel por que o Deus de Israel assim havia prometido.

Portanto, a chegada do Messias era algo aguardado por este povo antes do nascimento de Jesus entre 4 a.C e 6 d.C. Outros pretendentes ao cargo de Messias já haviam tentado (sem êxito) enfrentar os sacerdotes do templo em Jerusalém e o domínio romano. Todos foram executados, mas a crença em um salvador-profeta continuou por um longo período histórico; “Houve Ezequias, chefe dos bandidos, Simão da Pereia, Judas, o Galileu, seu neto Menahem, Simão, Filho de Giora, e Simão, filho de Kochbatodos postulantes de ambições messiânicas e todos mortos por isso”. (ASLAN, 2013, p.17). Podemos perceber que o povo judeu tinha a sede de libertação, pois sua história de servidão era bastante longa. Para conciliar seus propósitos de liberdade e autonomia na terra (que o deus de Israel havia preparado) uma escrita baseada nas compilações das antigas tradições judaicas seria o melhor caminho, a melhor meta, a melhor forma de conseguir o antigo desejo após o fim do período de glória dos macabeus.

Era costume entre os povos da antiguidade a elaboração de seus evangelhos, de suas epopeias, de seus feitos em guerras, de suas conquistas. As oralidades foram as primeiras formas de registro dos feitos heroicos e profetizados. As leis e os costumes, também, seguiam uma ordem de composição para serem estabelecidas em cada povo em cada região do Mediterrâneo. O século I (antes de Jesus) e os séculos depois de Jesus (por um longo período) registraram, para os judeus, os exemplos de registros orais e escritos. Para a conquista de seu espaço territorial, livre de qualquer domínio de povos guerreiros, onde sua crença e hábitos poderiam ser livremente praticados e suas desavenças religiosas (existiam muitas) poderiam ser discutidas entre seus iguais, foram realizadas muitas lutas intestinas. A história buscou conhecer outros aspirantes ao trono de Messias;

Escribas para realizar proclamando mensagens do iminente julgamento de Deus. Conhecemos pelo nome muitos desses chamados “falsos Messias”. Alguns são até mesmo mencionados no Novo Testamento. O profeta Teudas, segundo o Livro de Atos, tinha quatrocentos discípulos antes de Roma o capturar e lhe cortar a cabeça. Uma figura carismática e misteriosa conhecida apenas como “o Egípcio” levantou um exército de seguidores no deserto, e quase todos foram massacrados pelas tropas romanas. Em 4 a.C., ano em que a maioria dos estudiosos acredita que Jesus de Nazaré nasceu, um pobre pastor chamado Atronges colocou um diadema na cabeça e coroou-se “rei dos judeus”; ele e seus seguidores foram brutalmente mortos por uma legião de soldados. (ASLAN, 2013, p. 16).

Os Evangelhos foram escritos, não por aqueles que denominam os Evangelhos, mas por seus seguidores que escolheram escribas para a tal tarefa, com o apoio das tradições antigas, porém os Evangelhos canônicos contem pouca informação sobre Jesus de Nazaré e muito sobre o Jesus de Belém, o Jesus Salvador e Messias, Jesus o Cristo. Tomando por referencia as datas em que estes Evangelhos foram formulados a tese de que existem poucas informações históricas sobre Jesus o homem, torna-se relevante. De acordo com a cronologia da historiografia as escritas aconteceram nas seguintes datas:

- Em 70-71 d.C o Evangelho de Marcos foi escrito.
- Em 90-100 d.C são escritos os Evangelhos de Mateus e Lucas.
- Em 100-120 o Evangelho de João é escrito.

Notamos que estas narrativas tradicionais foram elaboradas após a destruição de Jerusalém no ano 70 d.C. As narrativas a-históricas de Paulo, o convertido de Damasco, sobre o Jesus de Belém, que também não foram redigidas por ele, ocorreram sob a seguinte cronologia:

- Em 48 d.C foi escrita a primeira epístola aos Tessalônicos.
- Em 56 d.C a última epístola foi escrita para os romanos.
- Em 66 d.C Paulo e o apóstolo Pedro são mortos em Roma.

A razão primordial de Paulo de Tarso para compor suas cartas era o ideal de reconhecimento como apóstolo do Cristo crucificado.

A história da dramática conversão de Paulo na estrada de Damasco é um pouco de lenda propagandista criada pelo evangelista Lucas; o próprio Paulo nunca narrou a história de ser cegado pela visão de Jesus. Se as tradições podem ser acreditadas, Lucas era um jovem devoto de Paulo; ele é mencionado em duas cartas, Colossenses e Timóteo, comumente atribuídas a Paulo, mas escritas muito tempo depois de sua morte. Lucas escreveu o Livro de Atos como uma espécie de homenagem ao seu antigo mestre, uns trinta a quarenta anos depois que Paulo havia morrido. De fato, Atos é menos uma narrativa sobre os apóstolos do que uma biografia reverencial de Paulo; os apóstolos desaparecem do livro logo no início, servindo como pouco mais do que a ponte entre Jesus e Paulo. (ASLAN, 2013, p. 202).

A conversão de Saulo de Tarso para Paulo de Tarso foi escrita pelo apóstolo Lucas no Livro dos Atos dos Apóstolos, tal conversão está recheada de dramaticidade como atesta Aslan:

Embora Paulo não tenha divulgado quaisquer detalhes sobre sua conversão, ele insistiu repetidamente em ter sido ele próprio testemunha de Jesus ressuscitado, afirmando que esta experiência dotara-o da mesma autoridade apostólica dos Doze. “Não sou eu um apóstolo?”, Paulo escreve em defesa de suas credenciais, que eram colocadas frequentemente em dúvida. “Acaso não vi Jesus, nosso Senhor?” (ASLAN, 2013, p. 202).

As cartas de Paulo são atribuídas como testemunhos de uma vida dedicada ao Jesus ungido pela ortodoxia eclesiástica que enfatiza em seus cultos e ritos a importância de tais epístolas para a compreensão dos ensinamentos apostólicos, mas a verdade é que:

Na verdade, Paulo não demonstra nenhum interesse pelo Jesus histórico. Não há quase nenhum traço de Jesus de Nazaré em qualquer uma de suas cartas. Com exceção da crucificação e da Última Ceia, que ele transforma de uma narrativa em uma fórmula litúrgica, Paulo não narra um único evento da vida de Jesus. Ele também nunca realmente cita as palavras de Jesus (de novo, com exceção de sua montagem da fórmula eucarística: “Este é o meu corpo...”). (ASLAN, 2013, p. 205).

Para entendermos o quanto Paulo está dissociado do Jesus histórico basta saber que ele não conheceu Jesus e nem sabia como tinha sido a sua vida. O intuito de Paulo foi nomear Jesus com o sobrenome de Cristo- Jesus Cristo esta diferença está colocada e refere-se a Jesus com um sobrenome e não com o título de Xristos (Messias em grego), pois para Paulo, ele sim, estava realizando um bem para os gentios espalhando uma estória que o colocava como um Messias em suas epístolas e viagens Sobre a família de Jesus ter ou não ter aceitado o seu jeito de viver é algo fantasioso. A mensagem de Jesus de Nazaré não só foi aceita pela sua família como, também seu irmão Tiago prosseguiu com os seus ensinamentos após sua morte em Jerusalém. “Talvez sua família tenha sido lenta em aceitar os ensinamentos de Jesus e as suas extraordinárias afirmações. Mas a evidência histórica sugere que todos acabaram por acreditar nele e na sua missão”. (ASLAN, 2013, p. 118). Tiago, e não Paulo pregou e ajudou seus conterrâneos judeus pobres. Juntamente com Pedro e João ele dirigiu uma igreja em Jerusalém; “Sob sua liderança, a igreja de Jerusalém tornou-se conhecida como a “assembleia-mãe”. (ASLAN, 2013 p. 196).

Ao se estabelecer o Cristianismo em religião institucionalizada a figura predominante de Tiago foi sendo excluída da história dos judeus convertidos do século I d.C. O mito Jesus de Belém não poderia estar vinculado com a ideia de uma família comum da Galileia. Era necessário estabelecer paradigmas e um tipo diferenciado para ocupar o cargo de Messias da nova cristandade do século IV d.C. Todo um arcabouço de lendas, tradições orais e escritas, como também a manobra para a virgindade perene da mulher escolhida para trazer a terra o verbo encarnado, a figura do deus judaico, foi arquitetada para dar suporte à “infallibilidade” da religião cristã do Império Romano. O que temos hoje nas Bíblias correntes é exatamente este arcabouço denominado de Novo Testamento que trás, não a história do homem Jesus que nasceu em Nazaré, mas de um mito escatológico com sobrenome; Jesus Cristo.

Por volta dos séculos III e IV, no entanto, à medida que o cristianismo gradualmente se transformou de um movimento judaico heterogêneo, com uma variedade de seitas e cismas, em uma religião imperial institucionalizada e rigidamente ortodoxa de Roma, a identidade de Tiago como irmão de Jesus tornou-se um obstáculo para os que defendiam a virgindade perpétua de Maria, sua mãe. Algumas soluções excessivamente inteligentes foram desenvolvidas para conciliar os fatos imutáveis da família de Jesus com o dogma inflexível da Igreja. Havia, por exemplo, o argumento gasto e a-histórico de que os irmãos e irmãs de Jesus eram filhos de um casamento anterior de José, ou de que “irmão” na verdade significa “primo”. Mas o resultado final foi que o papel de Tiago no início do cristianismo foi gradualmente diminuído. (ASLAN, 2013, p. 220).

Sobre o mito construído temos muito a explicar, a conhecer, mas trataremos um pouco sobre esta primitiva forma de crença humana que era utilizada para explicar o inexplicável nos primórdios do Paleolítico Médio. A Mitologia foi uma forma de crença aliada a vários rituais presentes na Mesopotâmia, Egito, Pérsia, Grécia e Roma. Todas estas regiões do mundo antigo e arcaico comungavam o poder e a mística dos deuses dos seus panteões.

O Oriente Médio habitado por povos de várias etnias e culturas diferentes, como os judeus “cantavam” e louvavam as suas fábulas, suas lendas e seus mitos evangélicos. Os mitos da criação do Cosmos e do próprio homem se perdem na vastidão da mitologia destes povos. Apenas com o fito de ilustração trazemos o mito da criação na Mesopotâmia citado por Eliade: “Para criar o homem, Marduk imola-se a si próprio: Solidificarei o meu sangue, transformá-lo-ei em ossos. Levantarei o homem, na verdade o homem será... Construirei o homem, o habitante “da terra” (...).” (ELIADE, 1950, p. 27). Eliade trabalhou com a mitologia da metalurgia e da alquimia que faz relação com o modelo de vida dos povos antigos. Podemos verificar nas passagens do Velho Testamento que os judeus acreditavam e enfatizavam, constantemente, a sua crença em vários símbolos que eram utilizados na vida cotidiana como no Templo- lugar considerado sagrado no intercâmbio com o deus judaico; “Quanto às Águas Cósmicas, o Livro de Enoque (LIII,9-10) divide-as assim: “A água superior exercerá o papel do homem; a água inferior o da mulher.” (ELIADE, 1950, p. 32). A crença de que o homem “nasce” da pedra está presente na mentalidade arcaica dos povos Incas e Maias, Gregos e Semitas, para os Caucasianos, na Ásia Menor e Oceania.

A pedra como imagem de arquétipo, exprimindo ao mesmo tempo a realidade absoluta, a vida e o sagrado, consta dos numerosos mitos dos deuses nascidos de *petra genitrix*, assimilada à Grande Deusa, a *matrix mundi*. O Antigo Testamento conservava a tradição paleossemítica do nascimento dos homens das pedras, mas é ainda mais surpreendente ver o folclore cristão retomar essa imagem num sentido ainda mais elevado, aplicada ao Salvador: certos natais romenos falam do Cristo que nasce da pedra. (ELIADE, 1950, p. 37).

O mito do “salvador dos judeus” do século I d.C foi alçado à categoria de filho do deus de Israel após à crucificação, sendo propagado pelos séculos I, II, III e IV d.C e fixado permanentemente nas lendas bíblicas pós século V d.C através do Concílio de Nicéia (325 d.C). Compendo a linhagem de Jesus Cristo Eliade (1950) afirma que o sentido de pertencimento à casa de David garantiria seu status e da “nova” comunidade que se erguia da sombra deste que os judeus escolheram para ser o substituto do Rei adorado. Estes mesmos judeus foram aqueles que fundaram o cristianismo; “O “profeta David” substituiu evidentemente um Deus celeste ou um Herói Civilizador aborígene.” (ELIADE, 1950, p. 66).

A fórmula “mágica” encontrada pelos neófitos da nova seita (a cristã) foi a utilização dos escritos em forma de parábolas, considerada uma forma mística de escrita: A mitologia faz parte da história do homem na terra, entendê-la (seus significados) é algo a ser sempre estudado para clarear os caminhos daqueles que buscam o conhecimento histórico de personagens como Jesus de Nazaré e, também dos ritos e sacrifícios das tradições e crenças. A história do homem Jesus se perdeu nos séculos em que foi erigida a mitologia cristã. Este mito constituiu a base para o sustento do Império romano catapultado no século XV pelos turcos otomanos, mas o mito sobreviveu, e os vários concílios da igreja cristã trataram de ampliar outros tantos para arregimentar fieis dispostos a tudo em nome de um folclore.

O mitólogo e professor Campbell (1904-1987) na entrevista ao jornalista Bill Moyers explicou que o estudo dos mitos e das crenças religiosas do passado está recheado de pistas para se entender sobre as sociedades antigas. Conhecer o mito e o que ele abarca é fundamental para o próprio conhecimento do homem arcaico. Todas as civilizações do mundo antigo como Egito, Mesopotâmia, Pérsia, Índia, China e Oriente Médio tinham seu conjunto de mitos antes do advento cristão.

As condições de vida nestas sociedades estavam intimamente ligadas aos seus símbolos e suas religiões, com os judeus não poderia ser diferente por se tratar de uma sociedade arcaica influenciada pelas culturas dos povos que os dominaram. “Erguer” o edifício para um símbolo que tem como pressuposto a caracterização do desejo íntimo de toda uma coletividade em alcançar um propósito era algo comum para os povos que tinham o universo fixado em torno do Mediterrâneo. A simbologia traz as leis a serem obedecidas e os arquétipos a serem seguidos, mesmo sabendo que as sociedades do Mediterrâneo diferenciavam-se em alguns aspectos quanto aos seus mitos, como por exemplo, os nomes dos deuses. As leis éticas, as leis da vida em sociedade, todas aquelas páginas e mais páginas de mandamentos de Jeová sobre que roupa vestir, como se comportar com o próximo está conforme os valores dessa determinada sociedade (CAMPBELL, 1988).

Todas as discussões em torno dos mitos têm seus fundamentos e poderíamos

indagar sobre o que é o mito? Campbell responde que ‘os mitos são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana. Aquilo que somos capazes de descobrir em nós e de experimentar em nós (CAMPBELL, 1988).

Mas, viver em torno da crença em um mito, viver sob o domínio da simbologia dos povos antigos é algo que não faz parte da vida contemporânea. Estamos falando de crenças e ritos em deuses e semi-deuses, algo como a mitologia grega que influenciou os romanos na construção de seus próprios mitos e, portanto, o mundo mediterrâneo helenizado foi capaz de influenciar, também, os judeus na composição das suas normativas do Novo Testamento. A forma de viver do judeu seguidor do Messias Jesus cristo está, toda ela, fincada nos alicerces de uma simbologia judaica cristã helenizada. O mitólogo Campbell relata que o mito tem suas funções, como estudioso do assunto ele nos explica quatro funções sendo que a sociológica é a que prevaleceu.

O mito está no nível de referência onde metáforas se referem a coisas absolutamente transcendentais. Os mitos servem para muitas funções. A função básica é abrir o mundo para a dimensão do mistério, para perceber o mistério subjacente a todas as formas. Depois vem o aspecto cosmológico do mito de modo que o universo se torna uma espécie de imagem sagrada e através dela você está sempre se dirigindo ao mistério transcendental. Há também, outra função, a sociológica, de validar ou conservar uma certa sociedade. É esse o lado do mito que passou a predominar no nosso mundo. Mas, há uma quarta função do mito e é com essa que acho que todo mundo deveria se relacionar hoje em dia; é a função pedagógica: Como viver a vida humana sob quaisquer circunstâncias? O mito pode ensinar”. (CAMPBELL, 1988).

A crítica dialética deve estar presente nos meios sociais, não basta crer no mito, não basta dar à mitologia o sentido de pertencimento à vida hodierna e atual, há que se saber os porquês, qual a base histórica e qual o fundamento de tais crenças e mitologias. Saber, por exemplo, do diminuto conhecimento cosmológico e ontológico que o homem dos períodos antigos e arcaicos tinha sobre si mesmo e seu lugar no mundo; ninguém tinha ideia de que o mundo era um pequeno bolo de três camadas e o mundo consistia em algo como algumas centenas de milhas ao redor do Oriente Próximo, ninguém nunca ouviu falar dos Astecas (CAMPBELL, 1988).

A historiografia está repleta de acontecimentos sobre a vida do homem. Ao longo dos séculos XIX e XX as pesquisas sobre o Jesus histórico ganhou destaque nas publicações acadêmicas contando com a leitura de muitos e fomentando a continuidade das pesquisas em torno do assunto. O que podemos saber de concreto sobre o Jesus de Belém e o homem de Nazaré é que o primeiro é um mito criado e o segundo existiu de fato. Porém a continuidade de qualquer crença no mito criado impede que muitas pessoas possam ter o conhecimento das poucas fontes históricas sobre o ser humano real que tem muito a oferecer como exemplo de vida e historicidade. Então, devemos “ler” o mito sob a ótica do mundo presente.

Os deuses, todos os céus, todos os mundos estão dentro de nós. O mito tem que estar apropriado às possibilidades do tempo em que você está vivendo. O tempo mudou e continua a mudar tão rápido que o que era adequado

cinquenta anos atrás não é adequado hoje, então as virtudes do passado são os vícios de hoje e é por isso que é ridículo voltar ao passado. As religiões dos velhos tempos pertencem a outra era e a outras pessoas e a outro conjunto de valores humanos. (CAMPBELL, 1988).

A ponte está pronta para podermos compreender o significado de várias simbologias presentes no mundo antigo e arcaico que está presente nas religiões do mundo moderno e contemporâneo. Cada símbolo, parábola e ritual expressa uma forma de vida social, a normativa e legislações seguidas por determinados grupos, o valor das crenças reflete a mesma postura de vida religiosa e civil dos povos daqueles períodos históricos e que ainda permanecem presentes nos cultos atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer os caminhos dos quatro Evangelhos, e o trabalho de divulgação do cristianismo por Paulo de Tarso foi o mote para encontrar o Jesus histórico. Dizer, ao final desta jornada, que cheguei com os resultados alcançados seria um sofismo. Deparei-me com muitas veredas paradoxais nas narrativas contidas em Marcos, Mateus, Lucas e João. As cartas de Paulo não estão isentas de antagonismos e “meias verdades”. Como admiradora, incontestável, do homem Jesus, não poderia deixar de registrar meu descontentamento. Interessante saber que a fé cristã, da maioria dos ocidentais, suplanta a necessidade de investigação histórica, então, pergunto: Como ser seguidor de alguém se não sabemos, ao certo, como foi sua vida, seus atos, suas palavras e seu julgamento de morte?

A historiografia nos permite desvendar o passado a fim de entendermos o presente, pois o homem é o arquiteto de si mesmo, o homem é o construtor de todas as histórias, ele promove os eventos históricos, nada mais racional que estudarmos nossas próprias pegadas a fim de nos situarmos no presente. Os Evangelhos canônicos e as cartas de Paulo, mesmo que sejam, ainda, as fontes que dispomos para a realização da busca do Jesus histórico, elas são refratárias. Na comparação, que destacamos no início da pesquisa, entre os quatro Evangelhos, ficou explícita a acrobacia mental que os copistas realizaram para fazerem de Jesus um “Messias Davídico” aquele que iria “salvar” o povo judeu da opressão romana. Toda a cultura e tradição judaica estão explícitas nos escritos evangélicos cristãos. É notório que a base fundamental do cristianismo é de origem judaica, que os seguidores de Jesus e, futuros cristãos, eram alguns judeus convertidos e alguns gentios pagãos. O que captamos dos atos e palavras de Jesus, narrados no Novo Testamento é que há disparidades entre as quatro narrativas, que receberam os nomes dos quatro judeus seguidores de Jesus pela comunidade que os seguiam. O homem Jesus que encontramos nas entrelinhas das narrativas evangélicas e, nas cartas de Paulo, perturbava, questionava e proclamava uma mudança no status quo da Palestina do século I a.D. Querer modificar a pessoa e a atuação de Jesus em um poetaastro, ou esteta, ou em um Jesus meigo, é paradoxal, não condiz com aquele Jesus diferenciado que encontramos na pesquisa.

A existência de Jesus é um fato histórico, conforme atestam todos os biblistas, historiadores, filósofos e mitólogos que se dedicam ao estudo aprofundado do cristianismo primitivo. Sustento que a procura pelas reais pegadas deste personagem histórico que viveu na palestina do século I a.D, será sempre útil para a compreensão da própria fé cristã. Não podemos permanecer com uma postura acrítica e a histórica como nos tempos medievais. O relato do nascimento, infância e os anos de vida de Jesus, estão envolvidos em lendas místicas, pois, estas narrativas construídas pelos copistas, obedeciam a uma forma literária de continuação tradicional do mundo antigo mediterrâneo. Podemos elencar várias passagens das obras dos autores como; Brown, Meier, Russell, Thiesen, Crossan, e outros, mas em minha conclusão não seguirei os padrões autocráticos. Proponho-me a fazer com que o leitor destas linhas despreziosas, mas de caráter investigativo, venha a conferir aquilo que defendo de forma cognitiva.

O que podemos saber sobre o Jesus histórico é: Ele nasceu em Nazaré por volta de 7 ou 6 a.C. Foi educado de maneira convencional. Sua família era judaica da baixa Galileia. Jesus iniciou seu ministério por volta do ano 28 d.C quando tinha 33 ou 34 anos, no território

da Galileia, Judéia, finalizando em Jerusalém. Jesus se entregou à crucificação, sendo caracterizado, pelos sacerdotes judeus, como um agitador das massas e traidor da lei mosaica, como também, profanador do Templo. Jesus foi crucificado em 7 de abril do ano 30 d.C com a idade de 36 anos (aproximadamente), ele era judeu com uma filosofia de vida revolucionária, mas pacífica, o que gerou um grande antagonismo por parte dos fariseus e saduceus que mantinham, vigente, as normas de cunho formal e ritualístico prescritas na Torá e, praticadas no Templo e, na vida diária do mundo judeu. Jesus pregava que o reino de Deus estava dentro de todos e, não em um lugar circunscrito, que todos: samaritanos, judeus, galileus, pagãos, gentios, ricos, pobres, doentes, saudáveis, mulheres, homens e crianças eram considerados filhos de Deus.

Parafrazeando o filósofo Bertrand Russell (1872-1970), no livro “História da Filosofia Ocidental”, quando diz: “A vida e morte de Jesus continua cheia de enigmas” finalizo afirmando que a arqueologia e a historiografia, unidas, ainda podem vir a “escavar” com mais detalhes a história de vida de um homem diferenciado, que foi Jesus.

REFERÊNCIAS

ANGOLD, Michael. **Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média**. Trad. de Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ASCENÇÃO, Hugo da Silva. **A igreja primitiva**. 2017. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/religiao/a-igreja-primitiva.htm>>. Acesso em dezembro de 2017.

ASLAN, Reza. **Zelota, a vida e a época de Jesus de Nazaré**. 2017. Disponível em: <<https://judaismonazarenosp.files.wordpress.com/2017/06/zelota-a-vida-e-a-epoca-de-je-reza-aslan.pdf>>. Acesso em dezembro de 2017.

BROWN, Raymond E. **A Morte do Messias**. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

_____. **O Nascimento do Messias**. São Paulo: Editora Paulinas, 2005.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1988.

EHRMAN, Bart D. **O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 2005.

GIBBON, E. **Histoire du declin et de la chute de l'Empire Romain**. Tradução Guizot. Paris: Robert Laffont, 1983.

LACHATRE, Maurice. **Os crimes dos papas, mistérios e iniquidades da corte de Roma**. 2005. Porto Alegre – RS: Madras, 2005.

MEIER, John P. **Um Judeu Marginal**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.

RENAN, Ernest. **Vida De Jesus**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

SOUSA, Gilberto Vieira. **A igreja católica**. 2017. Disponível em: <<http://gibanet.com/2017/11/12/igreja-catolica/>>. Acesso em dezembro de 2017.

THIEDE, Carsten Peter; DANCORA, Matthew. **Testemunha Ocular de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.

SOBRE A AUTORA

LUCIENE ROCHA GUISONI GALDINO PEREIRA - Nascimento: 21/09/1964 em Uberaba MG. Formação: 1) Magistério na Dança nas décadas de 1970-80 pela Escola de Ballet Beth Dorça Vitale em Uberaba-MG. Atuação na área durante 25 anos como Professora, Bailarina e Coreógrafa nas cidades de Uberaba-MG, Ituverava- SP, Ribeirão Preto-SP, Silvânia-GO, Anápolis-GO e Goiânia-GO. Formação: 2) Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás- Unidade Anápolis. Sou professora da Rede Pública Estadual de ensino. Na área artística atuei em Teatro na década de 1982-83 na UEU (União Estudantil Uberabense) em Uberaba-MG. Atuação em canto-coral na cidade de Ituverava-SP na década de 1996-99 e, em 2018 pela Escola de Música de Anápolis-GO. Realizo dois programas pela Rádio Vida FM da cidade de Silvânia-GO que são: Aula de História no Rádio. Programa Bem Viver (de cunho Filosófico, Político, Social e Comportamental) Sou membro da LIPHE (Liga dos Pesquisadores e Historiadores do Espiritismo). Escrevo artigos críticos-reflexivos como “**A Quadrilha de São João**” que foi publicado (primeiro semestre de 2020) no livro digital: ***O Ensino Aprendizagem face às Alternativas Epistemológicas*** pela Atena Editora (www.atenaeditora.com.br). Escrevo, no momento, dois Romances Literários para futuras publicações. Sou membro da ULA (União Literária Anapolina). Sou Conselheira Municipal de Cultura da cidade de Anápolis-GO. Coordeno um trabalho social no nível de voluntariado no município de Silvânia- GO.

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

No Princípio era o Verbo:
O Estabelecimento
do Cânone Bíblico
do Novo Testamento

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

No Princípio era o Verbo:
O Estabelecimento
do Cânone Bíblico
do Novo Testamento